

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM ECONOMIA E
DESENVOLVIMENTO**

Ravena de Carvalho Reis Batista

**MULHERES NO BRASIL: ANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES
SALARIAIS E DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO ANO DE 2015**

Santa Maria, RS
2020

Ravena de Carvalho Reis Batista

**MULHERES NO BRASIL: ANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES SALARIAIS E DA
POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO ANO DE 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Economia e Desenvolvimento**.

Orientadora: Prof^ª Dr.^a Sibele Vasconcelos de Oliveira

**Santa Maria, RS
2020**

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Batista, Ravena de Carvalho Reis
MULHERES NO BRASIL: ANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES
SALARIAIS E DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO ANO DE 2015 /
Ravena de Carvalho Reis Batista.- 2020.
84 f.; 30 cm

Orientadora: Sibeles Vasconcelos de Oliveira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, RS, 2020

1. Mercado de Trabalho 2. . Pobreza Feminina 3.
Alkire- Foster I. Oliveira, Sibeles Vasconcelos de II.
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.


Declaro, RAVENA DE CARVALHO REIS BATISTA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Ravena de Carvalho Reis Batista

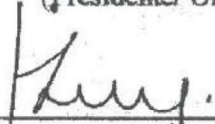
**MULHERES NO BRASIL: ANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES SALARIAIS E DA
POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO ANO DE 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Economia e Desenvolvimento**.

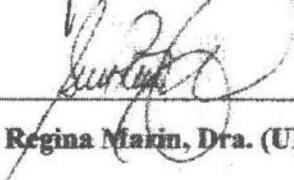
Aprovado em 10 de julho de 2020:



Sibile Vasconcelos de Oliveira, Dra. (UFSM) – Videoconferência
(Presidente/ Orientadora)



Rita Inês Paetzhold Pauli, Dra. (UFSM) – Videoconferência



Solange Regina Marín, Dra. (UFSC) – Videoconferência

Santa Maria, RS

2020

DEDICATÓRIA

A todos os pesquisadores que, mesmo em um cenário político onde permeia a desvalorização da produção científica nas universidades públicas, persistem e mantêm a qualidade da pesquisa acadêmica no Brasil. A pesquisa científica nas universidades públicas (sobre) viverá!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por guiar e abençoar todos os meus passos.

Agradeço à minha família por sempre me apoiar e não medir esforços para minha felicidade e aperfeiçoamento profissional. Mamãe, papai, vovó Zélia, Renan e Raíssa, amo vocês!

Agradeço ao PPGE&D e a todos os docentes pelos conhecimentos recebidos e experiências vivenciadas. Um agradecimento especial à secretaria do programa, Fabiane, pela atenção e gentileza em todos os momentos.

Agradeço muito à professora Sibebe, minha orientadora. Obrigada por acreditar em mim, por me motivar e por ser, além de uma grande mestra, uma profissional humana. Existem pessoas que inspiram, você é uma delas! Mais uma vez, muito obrigada!

Agradeço à minha grande amiga Emily, meu porto seguro nesta etapa da minha vida. Sem você nada disso seria possível. Te amo, amiga!

Agradeço aos meus colegas nesta caminhada do mestrado, Adeilson, Aldo, Edilson, Felipe e Rayssa por todos os momentos compartilhados, dramas e alegrias.

Não posso deixar de agradecer às minhas veteranas do PPGE&D, Carol, Mariza e Ohanna, por todo apoio, disponibilidade, conhecimentos partilhados e amizade. Vocês foram muito importantes no meu primeiro ano do mestrado, muito obrigada!

Agradeço à minha amiga e conterrânea, Évily, por ser sempre tão solícita, por toda a ajuda, orações e, principalmente, pela amizade.

Agradeço à Adriana, minha colega de apartamento, minha grande amiga, minha irmã gaúcha, por todos os momentos compartilhados e por se preocupar sempre comigo.

Agradeço aos amigos da vida toda que sempre me apoiaram e torceram por mim.

Agradeço aos amigos novos dessa jornada que tornaram essa caminhada mais leve. Em especial às minhas amigas, Priscila, Bela, Clarissa e Betina.

Levarei vocês no meu coração.

Agradeço a CAPES pelo incentivo financeiro.

A todos (as) que contribuíram diretamente ou indiretamente para a conclusão desta etapa, meu muito obrigada!

Gratidão!

O grande alcance da condição de agente das mulheres é uma das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre o desenvolvimento e requer correção urgente. Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto crucial do “desenvolvimento como liberdade”.

(Amartya Sen)

RESUMO

MULHERES NO BRASIL: ANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES SALARIAIS E DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO ANO DE 2015

AUTORA: RAVENA DE CARVALHO REIS BATISTA

ORIENTADORA: Prof^ª Dr^ª. SIBELE VASCONCELOS DE OLIVEIRA

As discussões de questões relacionadas ao gênero tomam o cenário global há décadas. Contudo, mesmo com os avanços no sentido da equidade entre homens e mulheres, ainda se tem muito a conquistar para que as mulheres tenham condições sociais, econômicas e políticas para viver com dignidade e qualidade de vida. Com o intuito de contribuir para os avanços dos debates de gênero no cenário brasileiro, este estudo tem por objetivo principal compreender de que forma as condições às quais as mulheres estão submetidas no Brasil influenciam na determinação de seus salários, bem como - numa perspectiva multidimensional - entender a situação de pobreza feminina brasileira. Para tal, a pesquisa está formalizada através da redação de dois artigos científicos complementares, um que versa sobre as determinações salariais das mulheres no Brasil e o segundo que aborda a pobreza feminina a partir de uma análise multidimensional. O recorte temporal escolhido para a análise é o ano de 2015, considerando a disponibilidade de dados da PNAD. Foram utilizados como instrumentais metodológicos: i) um modelo econométrico do tipo *cross section*, denominado Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), para analisar as variáveis que impactam na determinação salarial das mulheres; e ii) o método Alkire-Foster, que possibilita que o fenômeno da pobreza seja analisado de forma multidimensional, para além dos termos monetários. Como principais influentes na determinação salarial das mulheres no Brasil, os resultados evidenciaram que a cor da pele, a contribuição à previdência, a área de moradia, possuir carteira assinada, ser mãe e o estado civil foram as variáveis analisadas que mais impactaram na formação dos salários das mulheres. Os resultados econométricos indicaram que as mulheres não-brancas recebem remunerações salariais 28,7% menores que as das mulheres brancas, evidenciando a forte presença da discriminação relacionada à cor da pele no Brasil. Ademais, 13,63% das mulheres brasileiras analisadas foram consideradas multidimensionalmente pobres, tendo a região Nordeste como a maior proporção de mulheres pobres e com maior nível de privações e, em contrapartida, a região sudeste com a menor proporção. No Brasil, as mulheres são mais privadas no quesito anos de estudo, evidenciando que 63% das mulheres analisadas não completaram 11 anos de estudo (ensino médio completo). Por conseguinte, o trabalho doméstico mostrou-se como o segundo indicador que as mulheres mais sofrem privações, abrangendo 45% das mulheres analisadas, cujas dedicam-se mais de 16 horas por semana aos afazeres domésticos. Em contrapartida, o acesso à iluminação é o indicador que as mulheres são menos privadas, apresentando um percentual de privações de apenas 0,3%, seguido do indicador material de casa (paredes) com 1,2% de mulheres privadas, evidenciando o sucesso de alguns programas sociais do governo federal. No mais, a dissertação evidenciou a necessidade de políticas públicas que incidam nas vulnerabilidades que as mulheres sofrem na sociedade brasileira, em todos os âmbitos.

Palavras-Chave: Mercado de Trabalho. Pobreza Feminina. Alkire- Foster.

ABSTRACT

WOMEN IN BRAZIL: ANALYSIS OF WAGE DETERMINATIONS AND MULTIDIMENSIONAL POVERTY IN 2015

AUTHOR: RAVENA DE CARVALHO REIS BATISTA

ADVISOR: PROF^a. DR^a. SIBELE VASCONCELOS DE OLIVEIRA

Discussions about gender issues have taken the global stage for decades. However, even with advances in the direction of equity between men and women, there is still much to be achieved for women to have social, economic and political conditions to live with dignity and quality of life. In order to contribute to the advancement of gender debates in the Brazilian scenario, this study has as main objective to understand how the conditions to which women are subjected in Brazil influence the determination of their salaries, as well as - in a multidimensional perspective - understand the situation of Brazilian female poverty. To this end, the research is formalized through the writing of two complementary scientific articles, one that deals with the salary determinations of women in Brazil and the second that addresses female poverty from a multidimensional analysis. The time frame chosen for the analysis is 2015, considering the availability of PNAD data. The following methodological tools were used: i) an econometric model of the cross section type, called Ordinary Least Squares (OLS), to analyze the variables that impact on the wage determination of women; and ii) the Alkire-Foster method, which allows the phenomenon of poverty to be analyzed in a multidimensional way, in addition to monetary terms. As the main influencers in determining wages for women in Brazil, the results showed that skin color, contribution to social security, living area, having a formal contract, being a mother and marital status were the variables analyzed that most impacted the training of women's wages. The econometric results indicated that non-white women receive 28.7% lower wages than those of white women, evidencing the strong presence of discrimination related to skin color in Brazil. In addition, 13.63% of the Brazilian women analyzed were considered multidimensionally poor, with the Northeast region as the highest proportion of poor women with the highest level of deprivation and, in contrast, the Southeast region with the lowest proportion. In Brazil, women are more private in terms of years of study, showing that 63% of the analyzed women have not completed 11 years of study (complete high school). As a result, domestic work was shown to be the second indicator that women suffer most from deprivation, covering 45% of the analyzed women, whose more than 16 hours per week are devoted to domestic chores. In contrast, access to lighting is the indicator that women are less private, with a percentage of deprivation of only 0.3%, followed by the material indicator of home (walls) with 1.2% of private women, showing the success of some federal government social programs. In addition, the dissertation highlighted the need for public policies that focus on the vulnerabilities that women suffer in Brazilian society, in all areas.

Keywords: Labor market. Female Poverty. Alkire- Foster.

LISTA DE FIGURAS

ARTIGO 1

Figura 1 - Média da rendimento das mulheres no trabalho principal (2015)39

ARTIGO 2

Figura 1 - Nível de pobreza multidimensional (Mo) feminina por regiões brasileiras (2015)....64

Figura 2 - Número de mulheres brasileiras que sofrem privações por indicador, em 2015.....65

Figura 3 - Quantidade de mulheres privadas por indicadores e regiões brasileiras (2015).....68

LISTA DE QUADROS E TABELAS

APRESENTAÇÃO

Quadro 1 - Estudos contribuintes na construção do método Alkire-Foster24

ARTIGO 1

Quadro 1 - Detalhamento das variáveis utilizadas na pesquisa.....36

Tabela 1 - Média das variáveis discretas por sexo (2015).....39

Tabela 2 - Média das variáveis discreta das mulheres brasileiras, por cor da pele (2015).....40

Tabela 3 - Resultado do modelo de determinação salarial feminina no Brasil (2015).....41

ARTIGO 2

Quadro 1 - Dimensões, indicadores e critério para a privação no método AF.....60

Tabela 1 - Resultados do Método AF por regiões.....63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Alkire-Foster
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OXFAM	Comitê de Oxford para Alívio da Fome
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	13
1.1 REFERENCIAL TEÓRICO	15
1.1.1 Relações sociais e mercado de trabalho sob a ótica da Economia Feminista	15
1.1.2 Expansão das capacitações humanas e superação da pobreza	18
1.2 PROPOSIÇÃO.....	22
1.3 MATERIAIS E METODOS.....	23
2 ARTIGO 1 – ANÁLISE DOS CONDICIONANTES SALARIAIS DAS MULHERES NO BRASIL (2015)	27
RESUMO	27
2.1 INTRODUÇÃO	28
2.2 MERCADO DE TRABALHO E OS INFLUENTES SOBRE A DETERMINAÇÃO SALARIAL DAS MULHERES	29
2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
2.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	38
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS	46
3 ARTIGO 2 – POBREZA MULTIDIMENSIONAL FEMININA BRASILEIRA EM 2015	49
3.1 INTRODUÇÃO	50
3.2 REFERENCIAL TEÓRICO	51
3.2.1 Abordagens teóricas acerca da pobreza multidimensional	51
3.2.2 Feminização da pobreza: Panorama da pobreza feminina no Brasil	54
3.3 METODOLOGIA	57
3.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	62
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS	72
4 DISCUSSÃO	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	82

1 APRESENTAÇÃO

Historicamente, percebem-se relações políticas, sociais, culturais e econômicas de desigualdade entre homens e mulheres, em que as mulheres são sujeitas a situações de subordinação em relação aos homens. As diferenças de liberdades femininas e masculinas são estratégicas para sociedade e não se resumem a diferenças de recursos e salários. A divisão sexual do trabalho, o controle sobre o corpo e sexualidade das mulheres e a segregação feminina dos cenários de poder e tomadas de decisões mostram-se como as principais discrepâncias de gênero. Essas desigualdades, por muito tempo, foram vistas como naturais e aceitáveis pela sociedade, contribuindo para a constante opressão sobre o sexo feminino (ANDRADE; MACHADO, 2018).

Segundo dados do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, em 2018, 27,3% das mulheres urbanas acima de 15 anos sem renda própria no Brasil. Em contraponto, o percentual de homens da população urbana sem renda própria era de 18,7%. As disparidades de renda ficam ainda mais evidentes quando são analisadas as condições de vida da população rural. Em 2018, cerca de 30,9% das mulheres rurais não possuíam renda própria, em comparação com 24,2% dos homens rurais. Estes dados refletem a dificuldade maior que as mulheres encontram ao acesso a renda no Brasil, o que afeta diretamente a autonomia econômica dessas mulheres (CEPAL, 2018).

O relatório da OXFAM intitulado *País Estagnado: Um Retrato das Desigualdades Brasileiras*, publicado em 2018, trouxe dados alarmantes quanto às desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres, indicando a primeira retração em 23 anos nas desigualdades de remuneração por gênero. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), o relatório aponta que essas disparidades se acentuaram. Em 2016, as mulheres recebiam rendimentos referentes à aproximadamente 72% do que os homens ganhavam; já em 2017, evidenciou-se queda nessa proporção para 70%. Os dados refletem ainda que, entre 2016 e 2017, os rendimentos dos homens aumentaram 19% e, em contrapartida, o aumento dos rendimentos femininos foi expressivamente menor, de apenas 3,4% (OXFAM, 2018).

Com a intensificação da inserção feminina no mercado de trabalho nas últimas décadas, as mulheres encontram-se sobrecarregadas, sendo expostas a uma dupla jornada de trabalho, visto que não houve nova divisão de afazeres domésticos, pois a responsabilidade no âmbito

doméstico ainda continua, em sua maioria, essencialmente feminina. Em conformidade, Leone (2017) acresce que:

[...] ainda que as mulheres compartilhem cada vez mais com os homens o provimento da renda familiar com seu trabalho remunerado, não tem ocorrido um processo equivalente de mudança com relação a uma melhor redistribuição entre homens e mulheres das responsabilidades familiares e das tarefas domésticas. Esses ritmos desiguais de mudanças demandam do Estado novos referenciais de políticas públicas voltados cada vez mais para o acesso das mulheres à cidadania, bem como à viabilização de sua participação na atividade econômica em condições mais igualitárias de oportunidades em relação aos homens, para que as responsabilidades familiares não restrinjam seu ingresso, permanência e ascensão no mercado de trabalho (LEONE, 2017, p.16).

Em consonância ao cenário de discriminação nos rendimentos por gênero, Novellino (2016) destaca a tendência mundial que aponta para a feminização da pobreza¹, na qual está relacionada - entres inúmeros fatores - ao aumento de mulheres chefes de família, únicas provedoras de seus lares, associado às limitações que essas mulheres têm para ingressar no mercado de trabalho, com baixas remunerações, subempregos, dentre outras situações de vulnerabilidade.

Andrade (2018) reforça que o desafio das mulheres no mercado de trabalho não constitui apenas em conseguirem inserir-se nele, mas no tipo de envolvimento econômico conquistado. As mulheres, em muitos casos, não encontram dificuldades para serem absorvidas pelo mercado, mas a maioria dos postos de trabalho que conseguem são aqueles que requerem menor qualificação de mão-de-obra e, conseqüentemente, baixa remuneração.

O índice de feminidade da pobreza reflete os desequilíbrios da ocorrência da pobreza (indigência) entre homens e mulheres que possuem idades entre 20 e 59 anos. O indicador, quando representado por um número maior que 100, evidencia que a indigência afeta mais fortemente as mulheres, por outro lado, quando representado por valor menor que 100, reflete a situação inversa. A indigência corresponde à renda per capita necessária para suprir os custos com a cesta de alimentos necessária para o suprimento das necessidades nutricionais básicas. Segundo o relatório publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2018), o índice de feminidade da pobreza no Brasil em 2018 é de 111,9. Ou seja, para cada 100 homens em situação de pobreza, existem 111,9 mulheres na mesma situação. Logo, este indicador evidencia que as mulheres no Brasil estão mais expostas a situações de pobreza do que os homens no Brasil (CEPAL, 2018).

¹ Diane Pearce, em 1978, inseriu o conceito de feminização da pobreza no debate do fenômeno da pobreza, visto que ela associava o número crescente de mulheres chefes de família aos aumentos das vulnerabilidades às quais as mulheres sofriam por serem as únicas responsáveis financeiras de seus lares (NOVELLINO, 2016).

Assim como a dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho, existem limites à sua representação nos cenários políticos. De acordo com Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, do total de prefeituras do Brasil, apenas 11,6% delas eram comandadas por mulheres, em contrapartida a 88,4% de prefeituras dirigidas por homens em 2018. A mesma disparidade é evidenciada nas câmaras municipais, onde os homens vereadores são a maioria (86,5%) e as mulheres vereadoras são apenas 13,5% das composições dos órgãos legislativos municipais (CEPAL, 2018).

Tendo em vista o exposto, argumentasse que o patriarcado² sinaliza para a desigualdade de gênero, evidenciando relações marcadas pela preponderância e poder entre homens e mulheres, cujas refletem a desigualdade social atual. Para Sousa e Guedes (2016), a disparidade histórica nas relações de gênero conjectura um problema social que requer o estudo direcionado na transformação dessa realidade, de modo a alcançar a igualdade de oportunidades e acesso a recursos, independente do gênero.

Frente ao cenário desfavorável de pobreza feminina e as dificuldades no acesso à rendimentos, a problemática desta pesquisa é: De que forma as condições às quais as mulheres estão submetidas no Brasil refletem nas suas determinações salariais e, em uma perspectiva multidimensional, impactam na situação de privação das mulheres no Brasil?

1.1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1.1 Relações sociais e mercado de trabalho sob a ótica da Economia Feminista

O debate sobre as questões relacionados às desigualdades entre homens e mulheres e a introdução dos movimentos feministas na sociedade é, de certa forma recente, principalmente nos debates voltados à economia. Somente a partir do século XIX, com a intensificação do processo de industrialização que a ideia de incorporação do trabalho feminino “produtivo” emergiu nos debates sociais. Até então, o papel das mulheres era voltado à ser mãe e esposa, educando e criando os filhos para serem no futuro trabalhadores produtivos. Neste sentido, o trabalho feminino era tido com secundário, sendo apenas um suporte para o trabalho, de fato, produtivos, na visão dos clássicos (CARRASCO, 2009).

Pateman et. al (1992) aponta que a aceitação social da divisão do mundo em duas esferas, o lar e o mercado, facilitou que as mulheres ficassem excluídas do âmbito produtivo

² Sistema sociopolítico baseado na dinâmica capitalista, onde regem as relações sociais de gênero, evidenciando a dominação e autoridade masculina em contrapartida à subordinação feminina (DELPHY, 2009).

devido à dependência que tinham dos homens provedores da família, sejam seus maridos ou seus pais. As autoras acrescentam ainda que o avanço do capitalismo e a discreta inserção das mulheres no mercado de trabalho eram marcadas fortemente pelos preconceitos de gênero estereotipados. As mulheres eram alocadas em postos de trabalhos que ainda eram ligados ao papel feminino no âmbito familiar, geralmente começaram a ocupar postos voltados ao cuidado e à educação, como enfermeiras e professoras.

A vertente neoclássica da economia, predominante na época, é baseada na racionalidade, onde os agentes econômicos são racionais em suas escolhas, alienando todo o leque de interações sociais que estão inseridos. O “homem econômico”, nesta percepção, é guiado pelas leis de mercado, não satisfazendo a realidade e abstraindo a diversidade dos grupos sociais que compõem a sociedade. Neste sentido, a Economia Feminista forma-se com o propósito de expandir a compreensão desse fenômeno para uma melhor aproximação do impacto das relações sociais de gênero no mercado (NELSON, 1995).

Quintela (2006) destaca que a luta de libertação das mulheres tem duas razões elementares que contribuem para que esta seja difícil de ser assimilada pelo capitalismo. A primeira razão básica está associada ao papel estereotipado da mulher como reprodutora e cuidadora na família, condição para a permanência da hierarquia do sistema capitalista e patriarcal. Por conseguinte, a segunda razão reside no fato de que uma possível igualdade real de gênero modificaria as relações de poderes que perpassam por muito tempo. Logo, nas questões referentes ao gênero, o mercado não é neutro, pois a relação desigual sustenta a organização do trabalho e da produção.

A vertente feminista da economia, de certo modo, propõe-se a “feminizar” o homem econômico, expandindo sua análise para além da esfera produtiva da sociedade, englobando o âmbito doméstico, pois estas atividades têm grande relevância na organização e funcionamento do mercado laboral. Carrasco (2009) destaca que a Economia Feminista notadamente expressa-se pelo rompimento com a economia tradicional, trazendo consigo novas ferramentas de análise que extrapolam o viés do crescimento econômico, com o intuito de recuperar fatores invisibilizados, reverter relações sociais de poder e promover a sustentabilidade de vida³.

³ [...] representa un proceso histórico de reproducción social, un proceso complejo, dinámico y multidimensional de satisfacción de necesidades en continua adaptación de las identidades individuales y las relaciones sociales, un proceso que debe ser continuamente reconstruido, que requiere de recursos materiales pero también de contextos y relaciones de cuidado y afecto, proporcionados éstos en gran medida por el trabajo no remunerado realizado en los hogares (CARRASCO, 2009, p.183).

O modelo tradicional da economia, segundo Fernandez (2018), pressupõe que homens e mulheres não são “substitutos perfeitos” por uma série de motivos relacionados ao papel feminino na esfera reprodutiva da sociedade. O empresário como agente econômico racional, ao escolher seus empregados não dão preferência às mulheres, pois pressupõem que possuem menos capital humano e, que suas responsabilidades domésticas afetem o desempenho e disponibilidade no trabalho (e afetam). A dupla jornada enfrentada pelas mulheres impacta seu envolvimento no mercado laboral, no entanto, esta questão deve ser debatida e minimizada e, não permanecer com a marginalização feminina no mercado de trabalho (FERNANDEZ, 2018). A autora reforça que:

Essa relação assimétrica é sustentada seja por instituições sociais, seja por práticas simbólicas arraigadas. É por meio da naturalização das diferenças de gênero nos modelos tradicionais das ciências da vida, das correntes convencionais na economia e demais ciências sociais, que as relações de poder e a assimetria entre gêneros daí decorrentes tornam-se invisíveis (FERNANDEZ, 2018, p.562-563).

Bohn (2017) destaca que a Economia Feminista, ao acrescentar a investigação de gênero nas relações sociais e econômicas, encontra grandes obstáculos ao reconsiderar conceitos consolidados na economia tradicional, visto que estes não satisfazem o entendimento do complexo conjunto de relações sociais que permeiam na sociedade. Neste sentido, a autora aponta que análise feminista da economia incorporou novos termos e metodologias para analisar o funcionamento do mercado, revelando termos como trabalho não remunerado, esfera reprodutiva, família e cuidado, entre outros.

O avanço das mulheres no mercado de laboral trouxe novas questões ao mundo do trabalho e à ciência econômica, dentre elas, o conflito entre trabalho remunerado e não remunerado (afazeres domésticos, por exemplo) e a injusta divisão desses trabalhos entre homens e mulheres. Tendo em vista que essas mudanças afetam muito mais a vida das mulheres do que as dos homens, a economia feminista contesta essas questões e aponta que as relações sociais precisam ser revisitadas, a saber: público/privado, visível/invisível, pago/ não pago, etc. O desmembramento do tempo feminino entre trabalho e família impacta substancialmente a qualidade do envolvimento feminino no mercado laboral (FERNANDEZ, 2018). Neste sentido, podemos apreender que a Economia Feminista surge com o intuito de combater a invisibilidade do trabalho feminino, seja doméstico, informal, entre outros.

Bohn (2017) destaca que houve um hiato de tempo entre a ascensão da Economia Feminista e a análise das desigualdades salariais para além do viés da produtividade, englobando a questão da discriminação de gênero tanto na inserção no mercado de trabalho, quanto em seus salários. A autora acresce ainda que mais tempo foi despendido até que o papel da mulher na esfera doméstica fosse estudado como fator de grande importância (ou empecilho) para o avanço das mulheres nos âmbitos extra domésticos da sociedade. A mulher e seu papel no lar foram alienados por muito tempo pela ciência econômica. Neste sentido, Fernandez (2018) conclui que:

[..] o paradigma econômico tradicional se tem mostrado incapaz de tratar de forma adequada esta realidade, parece ter se tornado claro que o avanço do conhecimento científico na área econômica, aos moldes tradicionais, é insuficiente para atingir o projeto de desenvolvimento com justiça e emancipação social, a partir da concepção de equidade de gênero [...] (FERNANDEZ, 2018, p.580).

Em síntese, a Economia Feminista, além de criticar o paradigma que dominavam a análise econômica, propõe-se a desenvolver novos enfoques. A Economia Feminista almeja encontrar mecanismos para compreender as inter-relações sociais e como elas impactam nas relações de trabalho, sejam eles no âmbito produtivo ou reprodutivo, com o intuito e reconhecer a importância e contribuição da mulher na economia e, minimizar a desumana dissimetria entre os sexos.

1.1.2 Expansão das capacitações humanas e superação da pobreza

Ao longo do tempo, o campo de estudo das ciências sociais vem incorporando novas ferramentas no debate acerca da pobreza e seus desdobramentos, com enfoques multidisciplinares e a observação das várias dimensões que impactam na composição do fenômeno. Os debates transcendem o lado monetário do fenômeno, de forma a implementar abordagens mais abrangentes e que exploram as capacitações humanas para ter uma vida digna.

Nesse sentido, Sen (2010) traz aos estudos sobre desenvolvimento visões que vão além do crescimento econômico, focado especialmente na expansão da renda, investimentos em tecnologia, industrialização, entre outros. Amartya Sen difunde a ideia de desenvolvimento com a superação da pobreza pautada em um processo de expansão das liberdades humanas. Sen (2010) não aliena a importância do acesso à renda para o desenvolvimento, porém não o

considera como suficiente, já que seria apenas meio para que as pessoas possam expandir suas liberdades individuais. Estas liberdades estão além da questão monetária, mais ligadas ao acesso aos serviços primários, como educação e saúde, bem como ao acesso a direitos civis e à liberdade para tomada de decisões.

Na abordagem das capacitações, Sen (2010) defende que a criação de condições para que as pessoas possam expandir suas liberdades é um mecanismo elementar. Logo, evidencia-se a necessidade do fortalecimento da condição de agente dos indivíduos para que eles possam desenvolver, efetivamente, suas liberdades. A promoção da condição de agente engloba a valorização dos conhecimentos, habilidades e opiniões individuais das pessoas, evidenciando o poder de decisão e de participação como elementos importantes para a expansão das liberdades.

O processo de desenvolvimento deve ter sua centralidade na liberdade por duas razões: a razão avaliatória e a razão da eficácia. A primeira consiste na ideia de que para se avaliar o progresso é fundamental que se analise a expansão das liberdades humanas e, a segunda razão, é o fato de que o desenvolvimento tem como motor fundamental a condição de agente livre e sustentável dos indivíduos (SEN, 2010).

Sen (2012) defende uma abordagem de desenvolvimento pautada na expansão das liberdades humanas como o meio principal e o fim primordial para o desenvolvimento. Neste processo, o papel instrumental da liberdade seria o meio e o papel constitutivo da liberdade seria o fim. Em seu papel constitutivo, o desenvolvimento está atrelado à expansão das liberdades substantivas dos indivíduos, cujas refletem o acesso às necessidades básicas (saúde, educação, alimentação, entre outros). No que tange ao papel instrumental da liberdade, o desenvolvimento está ligado aos meios, ou seja, aos vários direitos e oportunidades que refletem na expansão das liberdades individuais.

As liberdades instrumentais são muito importantes para a elevação da capacidade de liberdade dos indivíduos. Sen (2010) explora os cinco tipos de liberdades instrumentais que precisam ser expandidas para que o desenvolvimento seja realizado, a saber: as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora.

As liberdades políticas estão relacionadas à participação dos indivíduos nas decisões que cercam a sociedade em que estão inseridos, bem como o acesso aos direitos civis e à liberdade de expressão. As facilidades econômicas refletem ao acesso à capital, recursos financeiros. Por sua vez, as oportunidades sociais refletem a expansão do acesso às necessidades básicas, como saúde, educação e alimentação, logo, expansão das liberdades substantivas dos indivíduos. As garantias de transparência estão relacionadas à honestidade e

confiança nas relações, combatendo qualquer ilicitude, corrupção, entre outros. Por fim, a segurança protetora, como o próprio nome expressa, visa garantir uma segurança social através de benefícios sociais aos mais necessitados para impedir que a miséria se instale (SEN, 2010).

Analogamente ao chamado “conjunto orçamentário”, que reflete a cesta de mercadorias que uma pessoa pode auferir, Sen (2012) traz o termo “conjunto capacitário”, o qual evidencia o leque de funcionamentos que o indivíduo tem liberdade para escolher. Logo, segundo Sen (2010), o conjunto capacitário seria as combinações de funcionamentos disponíveis para a seleção das pessoas. Sendo assim, a combinação dos funcionamentos figura dentre as realizações efetivas dos indivíduos, enquanto o conjunto capacitário são todas as alternativas de combinações de funcionamentos que a pessoa tem a liberdade para escolher.

A capacidade para realizar funcionamentos tem bastante relevância no que tange ao bem-estar dos indivíduos, como Sen (2012) destaca:

[...] se os funcionamentos realizados constituem o bem-estar de uma pessoa, então a capacidade para realizar funcionamentos (quer dizer, todas as combinações alternativas de funcionamentos que uma pessoa pode escolher ter) constituirá a liberdade da pessoa- oportunidades reais- para ter bem-estar (SEN, 2012, p. 80).

Nesse sentido, a liberdade, por refletir as oportunidades de bem-estar de uma pessoa, pode ser entendida como fundamental para a constituição de uma estrutura social boa, no sentido de uma sociedade de liberdade. Ademais, a abordagem das capacitações traz a importância que a liberdade de escolha pode ter na qualidade de vida das pessoas, pois “agir livremente e ser capaz de escolher são, nesta concepção, diretamente conducentes ao bem-estar” (SEN, 2012, p. 92).

Nessa acepção, é preciso distinguir a realização da condição de agente da realização de bem-estar do indivíduo, ou como também podem ser expressas “liberdade da condição de agente” e “liberdade de bem-estar”, respectivamente. Sen (2012) as diferencia da seguinte forma:

[...] A primeira é uma liberdade para fazer acontecer as realizações que se valoriza e se tenta produzir, enquanto a última é a liberdade de alguém para realizar aquelas coisas que são constitutivas de seu bem-estar. É esta última que é melhor refletida pelo conjunto capacitário de uma pessoa, [...], enquanto a primeira- liberdade da condição de agente- teria de ser vista em termos mais amplos (SEN, 2012, p.104).

Nesse sentido, a realização da condição de agente pode estar ou não relacionada à busca do seu próprio bem-estar. A liberdade da condição de agente incide não nos resultados

alcançados (podendo ser o bem-estar ou não), mas sim no fato do indivíduo ser ativo no processo instrumental para chegar ao fim almejado (SEN, 2012).

Na visão seniana, ao analisar a condição de agente, pode-se fazer um paralelo entre, primeiramente, os eventos que ocorrem e que o indivíduo valoriza e quer realizar e, em segundo, esses mesmos eventos ocorrendo por consequência dos seus próprios esforços. Nessa perspectiva, percebe-se que - na primeira situação - a meta é alcançar o objetivo do indivíduo, independentemente se o mesmo participou ativamente para a realização do objetivo. Já na segunda situação, evidencia-se a realização da condição de agente, em que o indivíduo participa ativamente do processo para alcançar o objetivo em questão. Por conseguinte, salienta-se que a realização da liberdade da condição de agente se dá de forma participativa, sendo assim, o enfoque é o papel do indivíduo no desenvolvimento do processo para a concretização dos objetivos.

Nussbaum (2009), em consonância com as abordagens das capacitações, lista dez das capacitações humanas que deveriam ser expandidas por governos e instituições: vida; saúde corporal; integridade corporal; sentidos, imaginação e pensamento; emoções; razões práticas; afiliação; outras espécies; play; controle sobre o ambiente. A capacitação *vida* está relacionada a ter uma vida durável e bem vivida, enquanto a *saúde corporal* refere-se a ser salutar, reprodutivo e bem nutrido.

Para Nussbaum (2009), a integridade corporal é a capacitação de poder ser livre e se sentir seguro quanto à violação do seu corpo, tanto agressão física quanto sexual. Os *sentidos, imaginação e pensamentos* são capacitações ligadas à expansão da razão, ao acesso a informação e educação, que permitem o desenvolvimento de modos próprios de pensar sobre as diversas questões. Desta forma, esta capacitação está relacionada à liberdade política, de expressão, artística e religiosa.

Ainda, a capacitação de *emoções* está ligada ao desenvolvimento de sentimentos por outras pessoas, como amor, saudade e gratidão. A *razão prática* está relacionada a capacitação de ter discernimento entre o bem o mal e ter um pensamento crítico desenvolvido. Já a *aflição* está relacionada à interação social e a capacidade de demonstrar e sentir preocupação, tanto consigo quanto com os outros, bem como ter o senso de respeito às diferenças de raça, orientação sexual, religião, entre outros (NUSSBAUM, 2009).

A autora define que *outras espécies* são capacitações de viver, demonstrando atenção e cuidado com as demais espécies vegetais e animais. O *play* seria a capacitação de se divertir, brincar e por fim, o *controle sobre o ambiente* político, relacionado à participação política e, o ambiente material com direitos de propriedade e igualdade de condições assegurados

(NUSSBAUM, 2009). Logo, Nussbaum (2009) defende que a expansão dessas capacitações - em todas as dimensões que os seres humanos estão inseridos - seria o caminho para o desenvolvimento e qualidade de vida das sociedades.

Sen (2010) defende a liberdade como meio e fim para alcançar o desenvolvimento e, para isso, ressalta que devem ser dadas oportunidades para que os indivíduos estejam ativamente envolvidos no processo de construção dos seus destinos. O autor destaca que, no intuito de que as pessoas não sejam apenas passivas e dependentes de programas assistencialistas de desenvolvimento, o papel do Estado está em proporcionar condições que fortaleçam e estimulem o desenvolvimento das capacitações humanas. O fenômeno do empobrecimento da parcela feminina da população é bem mais abrangente que os recursos financeiros das mulheres, fato que demanda dos estudiosos um olhar mais profundo a todo o contexto da atuação do “ser mulher” na nossa sociedade. Na abordagem das capacitações, Sen (2010) defende que a criação de condições para que as pessoas possam expandir suas liberdades é fundamental para o desenvolvimento. Logo, nesta abordagem, a pobreza deve ser mensurada para além da renda, englobando diversos fatores que proporcionem melhores condições de vida e, conseqüente, expansão de suas liberdades e capacitações.

1.2 PROPOSIÇÃO

Diante às desigualdades salariais e às dificuldades que as mulheres enfrentam para se inserirem no mercado de trabalho, impactando diretamente na condição de pobreza feminina, a proposta do presente estudo poderá contribuir para o entendimento do fenômeno da pobreza relacionada ao gênero no Brasil. Neste sentido, questiona-se: De forma as situações às quais as mulheres são submetidas no Brasil impactam na determinação de seus salários e, multidimensionalmente, na situação de pobreza feminina brasileira?

Para tal, o estudo pretende analisar os impactos dos fatores socioeconômicos, aos quais as mulheres estão expostas no Brasil, em suas determinações salariais e situação de pobreza multidimensional. A redação do estudo está dividida em dois artigos, tendo a utilização da mesma base de dados em instrumentais metodológicos diferentes. No primeiro artigo - que tem por objetivo analisar os fatores determinantes sobre o rendimento das mulheres no Brasil no ano de 2015 -, foi utilizado o instrumental econométrico para obter os resultados quanto às determinações salariais femininas. Já no segundo artigo - que objetiva analisar a pobreza feminina para além dos aspectos monetários -, foi utilizado o método Alkire-Foster para estimar

o nível de pobreza multidimensional das mulheres no Brasil no ano de 2015, bem como identificar quais indicadores as mulheres brasileiras são mais ou menos privadas.

1.3 MATERIAIS E METODOS

A pesquisa dispõe de plurais instrumentos para a execução dos objetivos. Além da análise econométrica, com enfoque nos rendimentos femininos, têm-se também a análise além dos termos monetários, enfocando as múltiplas dimensões que afetam a vida das mulheres no Brasil, de forma a realizar a interpretação multidimensional do fenômeno. Logo, o estudo traz múltiplas formas de compreender, interpretar e entender os efeitos das condições socioeconômicas às quais as mulheres estão submetidas no Brasil.

Em uma etapa da pesquisa são analisadas as determinações salariais das mulheres no Brasil, para isso é estimado um modelo econométrico a fim de verificar os efeitos das variáveis explicativas na variável dependente (rendimento). Pretende-se contribuir empiricamente na análise sobre os determinantes salariais no Brasil, logo a utilização do instrumental econométrico e de métodos quantitativos nos permite verificar a dinâmica da composição do rendimento das mulheres. O modelo econométrico analisado no primeiro artigo é do tipo dados em cortes transversais (*cross section*), visto que analisamos uma amostra de “n” mulheres em um ano específico (2015), ou seja, um determinado ponto no tempo (WOOLDRIDGE, 2010).

As variáveis explicativas escolhidas para esta primeira análise estão relacionadas com a caracterização socioeconômica das mulheres no Brasil, a saber: cor da pele, estado civil, horas trabalhadas, realização de trabalho doméstico, realização de trabalho formal, contribuição para a previdência, a existência de filhos, acesso à educação, moradia, permanência no trabalho e idade. A partir do cruzamento entre as variáveis, espera-se que mulheres com as seguintes características tenham rendimentos mais baixos: não-brancas; casadas; trabalham menos horas no trabalho principal; dedicam mais horas aos serviços domésticos; não possuem carteira de trabalho assinada; não contribuam à previdência; tenham filhos; tenham menos acesso à educação; residam na zona rural; menor idade; e com menor anos de permanência no trabalho atual.

Para verificar o ajustamento do modelo econométrico, são aplicados os testes de Breusch-Pagan e o Reset de Ramsey. O primeiro visa verificar se a variabilidade dos resíduos do modelo é constante, ou seja, se o modelo é homocedástico. Já o segundo teste é aplicado para identificar possíveis erros de especificação no modelo.

Por sua vez, no segundo artigo científico é analisada a pobreza feminina no Brasil. Existem várias metodologias utilizadas para a mensuração da pobreza, não havendo consenso sobre qual seja a mais apropriada para a análise desse fenômeno. As abordagens unidimensionais são as mais comumente usadas, incidindo apenas na esfera econômica, pautada na renda e, geralmente, medida pela linha da pobreza, em termos monetários.

No entanto, este tipo de análise não contempla a grandeza desse fenômeno, pois os indivíduos sofrem outras privações, além da renda, que incidem no seu bem-estar. Neste estudo, a análise da pobreza vislumbra transcender a análise monetária, para tal foi escolhido o método de mensuração da pobreza de Alkire-Foster, pois essa metodologia é pautada na Abordagem das Capacitações de Amartya Sen e engloba várias dimensões da vida dos indivíduos, a fim de detectar as privações sofridas pelos mesmos.

Logo, ao utilizar esse método, pode-se analisar a pobreza de forma multidimensional e entender mais a fundo o fenômeno da pobreza feminina no Brasil. O método Alkire-Foster consiste, basicamente, na realização de duas linhas de corte. A primeira linha de corte ocorre dentro de cada um dos indicadores escolhidos para a análise, identificando quando a mulher é privada ou não naquele indicador. A segunda linha de corte se refere ao número de indicadores que as mulheres precisam sofrer privações para serem consideradas multidimensionalmente pobres.

A determinação das dimensões e indicadores selecionados para esta etapa da pesquisa foi baseada em estudos que abordaram a pobreza multidimensional no Brasil, conforme detalhamento apresentado no quadro 1.

Quadro 1 - Estudos contribuintes na construção do método Alkire-Foster

Título dos estudos	Autores	Dimensões e indicadores incluídos no método Alkire-Foster
Pobreza multidimensional no Brasil, 2000/2010	Serra, Yalonetzky e Belik (2017)	<i>Padrão de vida</i> (canalização de água; banheiro de uso exclusivo; destino do lixo; energia elétrica; bens de consumo duráveis; densidade morador/dormitório); <i>Educação</i> (frequência à escola e alfabetização; adequação idade-série escolar e nível de instrução).
Pobreza multidimensional feminina: Uma aplicação do método Alkire-Foster (AF) nas grandes regiões brasileiras nos anos de 2001 e 2011	Ferreira e Marin (2016)	<i>Acesso a condições básicas de sobrevivência</i> (material das paredes externas do prédio; água canalizada em pelo menos um cômodo; banheiro ou sanitário em pelo menos um cômodo; destino do lixo domiciliar; forma de iluminação do domicílio; tem fogão; tem rádio; tem televisão em cores; tem geladeira);

		<p>Acesso a trabalho e renda (posição na ocupação no trabalho principal; Horas trabalhadas; faixa de rendimento mensal domiciliar per capita); Acesso ao conhecimento (anos de estudo; saber ler e escrever; tem microcomputador);</p> <p>Controle sobre o próprio ambiente (tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho; condição de ocupação no domicílio; teve algum trabalho no período de referência de 365 dias).</p>
Pobreza feminina nas grandes regiões brasileiras (2012): uma aplicação do método Alkire Foster (AF).	Brites et al. (2017)	<p>Acesso a condições básicas de sobrevivência (material das paredes externas; água canalizada em um cômodo; banheiro ou sanitário no domicílio; destino do lixo domiciliar; forma de iluminação do domicílio; tem fogão; tem rádio; tem televisão em cores; tem geladeira);</p> <p>Acesso a trabalho e renda (posição na ocupação no trabalho principal; Horas trabalhadas; faixa de rendimento mensal domiciliar);</p> <p>Acesso ao conhecimento (anos de estudo; saber ler e escrever; tem microcomputador);</p> <p>Controle sobre o próprio ambiente tempo de percurso diário de ida da residência para o trabalho; condição de ocupação no domicílio; teve algum trabalho no período de referência de 365 dias).</p>
Pobreza Multidimensional no Brasil em 2014	Toledo, Rodrigues (2020)	<p>Habitação (precariedade dos materiais de habitação; superlotação; habitação segura);</p> <p>Serviços básicos (carência de fontes de água; carência de saneamento básico; carência de energia);</p> <p>Padrão de vida (insuficiência de recursos; carência de bens duráveis);</p> <p>Educação (ausência da escola; defasagem escolar; nível de escolaridade insuficiente).</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de revisão bibliográfica (2020).

Portanto, foram escolhidas três dimensões para a análise multidimensional baseada no método Alkire-Foster: “Educação e Trabalho”, “Saúde e Lazer” e “Condições de Moradia”. Para dimensão “Educação e Trabalho” foram selecionados os indicadores “Anos de Estudo”, “Horas Trabalhadas”, “Trabalho Doméstico”, “Contribuição Previdenciária”, “Trabalho Formal” e o tempo gasto no “Trânsito” do percurso de casa para o trabalho. Por conseguinte, a dimensão “Saúde e Lazer” engloba os indicadores “Mortalidade Infantil”, “Prática de Esporte”, “Forma de Escoadouro de Domicílio”, “Água Canalizada no Domicílio” e “Tratamento de lixo no Domicílio”. Por fim, os indicadores escolhidos para a dimensão “Condições de Moradia” foram “Posse de Máquina de Lavar”, “Material da Casa (Parede)”, “Acesso à Internet”, “Posse de Geladeira”, “Posse de Telefone móvel”, “Combustível de cozinha” e “Tipo de Iluminação no Domicílio”.

No mais, o recorte temporal da análise foi escolhido de acordo com a disponibilidade de dados. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é a fonte de dados utilizada na aplicação dos métodos. Logo, a PNAD mais recente que abrange todos os aspectos a serem analisados nesta pesquisa foi realizada no ano de 2015 e, por esse motivo, 2015 é o ano no qual incidem as análises neste estudo. Os microdados utilizados nos dois artigos foram extraídos através do programa Stata.

2 ARTIGO 1 – ANÁLISE DOS CONDICIONANTES SALARIAIS DAS MULHERES NO BRASIL (2015)⁴

RESUMO

Como herança de uma sociedade patriarcal e escravocrata, o Brasil perpetua fortemente desigualdades relacionadas ao gênero e a cor da pele, cujas implicações podem ser percebidas na formação dos salários e inserção no mercado de trabalho. A presente pesquisa traz reflexões sobre questões relevantes referentes à determinação dos rendimentos femininos, tendo por objetivo analisar os fatores determinantes sobre os salários das mulheres no Brasil. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para o ano de 2015 foram manipulados, de forma a aplicar instrumental metodológico econométrico do tipo *cross section*, de acordo com a técnica de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Os principais resultados indicam que as variáveis que mais impactam na formação dos salários das mulheres no Brasil são a cor da pele, contribuição à previdência, características da moradia, possuir carteira assinada, ter filhos e o estado civil. No mais, a pesquisa evidenciou que as mulheres que apresentavam rendimentos menores eram não-brancas, não-solteiras, jovens, as que não possuíam carteira de trabalho assinada, as que não contribuía para a previdência, as que tinham pelo menos um filho, as que residiam na zona rural, as que estavam menos tempo no mesmo trabalho, que trabalhavam menos horas no trabalho principal e as que dispendiam mais horas aos afazeres domésticos. Mesmo diante das conquistas sociais das últimas décadas, muitos são os desafios socioeconômicos impostos às mulheres, por isto, fazem-se necessárias políticas de proteção social de forma a garantir-lhes dignidade e qualidade de vida.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Rendimentos femininos; Influentes salariais.

ABSTRACT

As a legacy of a patriarchal and slave society, Brazil strongly perpetuates inequalities related to gender and skin color, the implications of which can be seen in the formation of wages and insertion in the labor market. This research brings reflections on relevant issues regarding the determination of women's income, aiming to analyze the determining factors on women's wages in Brazil. Data from the National Household Sample Survey for 2015 were manipulated in order to apply cross section type econometric methodological instruments, according to the Ordinary Least Squares (OLS) technique. The main results indicate that the variables that most impact on the formation of women's wages in Brazil are skin color, contribution to social security, housing characteristics, having a formal contract, having children and marital status. In addition, the research showed that women with lower incomes were non-white, non-single, young, those who did not have a formal contract, those who did not contribute to social security, those who had at least one child, who lived in the countryside, those who spent less time on the same job, who worked less hours on the main job and those who spent more hours on household chores. Despite the social achievements of the last decades, there are many socioeconomic challenges imposed on women, therefore, social protection policies are necessary in order to guarantee them dignity and quality of life.

Keywords: Labor market; Female income; Influential wages.

⁴ Artigo a ser submetido em revista.

2.1 INTRODUÇÃO

As desigualdades de renda podem ser explicadas, dentre outras razões, pela diferença de produtividade e pela discriminação na remuneração do trabalhador (ABRAMO, 2006). No que tange à diferença de produtividade, a remuneração está relacionada às habilidades dos trabalhadores, em que aqueles que são mais produtivos, possuem maior nível educacional e de experiência naturalmente recebem melhores remunerações.

Contudo, explicita-se sobre a existência da discriminação salarial no mercado de trabalho, que ocorre quando trabalhadores com a mesma produtividade recebem salários desiguais. Este é o caso recorrente quando são avaliadas variáveis remuneratórias entre homens e mulheres, brancos e negros, entre outros grupos sociais. Dessa forma, o mercado de trabalho passa a agir como gerador das desigualdades de rendimentos, condicionando discriminações salariais em termos de gênero e etnia (ABRAMO, 2006).

Em estudo desenvolvido com base em dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2013, Castro e Stamm (2017) identificaram que, no âmbito das diferenças salariais de gênero no mercado de trabalho brasileiro, a variável referente ao gênero foi determinante para que os homens ganhassem salários mais altos que as mulheres. Os resultados mostraram que a taxa de variação do salário/hora médio dos homens foi 31,92% mais elevada do que a das mulheres.

No Brasil, as mulheres já superaram os homens em níveis educacionais, mas este fato não é reproduzido no mercado de trabalho. De acordo com o relatório *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil* (IBGE, 2018), as mulheres brasileiras alcançaram nível de instrução maior que o dos homens em 2016. Neste estudo, entre os indivíduos de 25 a 44 anos de idade, evidenciou-se que o nível “superior completo” apresenta a maior diferença por sexo, no qual apenas 15,6% dos homens completaram a graduação, em contrapartida a 21,5% das mulheres que concluíram o ensino superior. Porém, ao analisarmos os rendimentos das pessoas com ensino “superior completo ou mais”, observa-se que em 2016 as mulheres brasileiras recebiam apenas 63,4% do que os indivíduos do sexo masculino (IBGE, 2018).

Assim sendo, o presente estudo propõe-se a analisar os fatores que influenciam, especificamente, na determinação dos salários femininos. Um dos grandes desafios teórico-metodológicos da pesquisa é definir as características que podem ter efeitos sobre os salários das mulheres. Para além de pesquisa bibliográfica, pretende-se realizar uma análise econométrica com base na observação de características socioeconômicas de mulheres inseridas no mercado de trabalho brasileiro para o ano de 2015.

Para efeito estrutural, além da introdução e das considerações finais, o artigo será estruturado em mais três seções. Na primeira seção, será realizada revisão teórica sobre o mercado de trabalho e os influentes sobre a determinação salarial das mulheres. Por conseguinte, na segunda seção será desenvolvida a metodologia da pesquisa. E na terceira seção serão apresentados e discutidos os resultados obtidos no estudo e suas respectivas análises.

2.2 MERCADO DE TRABALHO E OS INFLUENTES SOBRE A DETERMINAÇÃO SALARIAL DAS MULHERES

Até o século XIX, a sociedade definia uma distinção clara sobre as atribuições desempenhadas por homens e mulheres nos chamados campos “público” e “privado”. A competência do espaço público era representada pelo sexo masculino, visto que o homem era o principal responsável por suprir financeiramente a família. Já o âmbito privado era atribuído à mulher, que se encarregava dos afazeres domésticos, cuidados do lar, dos filhos, do marido, entre outros. Essa oposição entre o domínio público e o domínio privado se materializou no que se denomina como a divisão sexual do trabalho: mulheres cuidadoras e homens provedores. Durante muito tempo, as relações e obrigações sociais foram marcadas fortemente pelas relações de gênero, naturalizando o âmbito público como exclusivo aos homens e restringindo às mulheres ao espaço privado (SOUSA; GUEDES, 2016).

As relações sociais de gênero refletiram-se sobre as distinções das condutas, papéis, hábitos, costumes e responsabilidades na sociedade, atribuindo o meio produtivo ao sexo masculino e o meio reprodutivo ao sexo feminino. Sousa e Guedes (2016) acrescentam que:

[...]. As relações sociais entre os sexos se apresentam desiguais, hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro. A divisão do trabalho que se estabeleceu entre os sexos atribuiu o cuidado do lar para a mulher, função, quando não invisível, tida como de pouco valor social. Enquanto a produção material foi atribuída aos homens, tarefa considerada de prestígio e que confere poder dentro da sociedade (SOUDA; GUEDES, 2016, p. 125).

Contudo, a partir do século XX, com as revoluções culturais e a forte expressividade do movimento feminista, algumas configurações sociais foram modificadas, ocasionando um afrouxamento entre o domínio público e o privado. Leone (2008) aponta que, com a fragilização dos limites da dicotomia entre meio produtivo (homem provedor) e meio reprodutivo (mulher cuidadora), as mulheres passaram a ter mais oportunidades de expansão sobre o meio público, em contrapartida, os homens não passaram a participar mais do âmbito doméstico. Logo, o

avanço das mulheres na esfera produtiva não significou uma reorganização das obrigações das mulheres na esfera privada, permanecendo os cuidados com a família, afazeres domésticos e cuidados com os filhos como atribuição feminina.

Frente às transformações no mercado de trabalho e com a introdução das mulheres nas atividades econômicas, a ascensão feminina para a esfera pública caracterizou-se como uma resolução parcial. Este processo assumiu forma lenta e gradual, bem como se mostra deficiente ao rearranjar as funções de homens e mulheres na sociedade, tornando a divisão sexual do trabalho ainda mais desfavorável para elas, pois continuam responsáveis pelo domínio privado (afazeres domésticos), por conseguinte, estando muitas vezes sobrecarregadas de atribuições sociais (LEONE, 2008).

Cabe ressaltar que, em meados do século passado, as mulheres de classe média começaram a introduzir-se no ensino superior e em trabalhos assalariados. Diante desse processo de inserção das mulheres nos estudos e no mercado de trabalho, muitas disciplinas vêm mudando a sua ótica de discussão dentro das universidades, incluindo o estudo de gênero em contrapartida à natureza androcêntrica implícita ao trabalho científico (QUINTELA, 2006).

Cabe ressaltar que as relações no mercado de trabalho são marcadas por fortes questões sociais. No Brasil, a forma de inserção no mercado de trabalho ocorre de maneiras diferentes, principalmente, para homens e mulheres. Há elevado grau de segregação ocupacional, ou seja, homens e brancos ocupam melhores cargos que mulheres e negros (BARROS et al., 2001).

Não é possível tratar a desigualdade por gênero desvinculando-a das questões raciais. No Brasil, cabe evidenciar que a discriminação racial tem raízes na história e é uma herança da escravidão. Em geral, a população negra possui menor escolaridade que a população branca, o que incide no mercado de trabalho, contribuindo para o aumento da desigualdade salarial. Logo, os negros enfrentam barreiras raciais e educacionais e, no caso das mulheres, ainda as barreiras de gênero (HENRIQUES, 2002).

As desigualdades entre negros e brancos, em todos os âmbitos, refletem uma herança da escravidão que ainda hoje permeiam as relações sociais. Com isso, os negros enfrentam muitos desafios no Brasil, pois devido a história, atualmente, os negros ocupam os estratos mais baixos da sociedade. Nesse sentido, muitos não têm acesso à educação de qualidade para ascender economicamente, logo, evidencia-se a discriminação além da racial, transbordando para uma questão de oportunidades educacionais, reproduzindo a desigualdade. Em um levantamento realizado por Campante et al. (2004), evidenciou-se que o mercado de trabalho no setor privado é ainda mais cruel para a população negra. Entretanto, no serviço público os indivíduos negros

encontram um ambiente um pouco mais favorável, pois as habilidades individuais são relevantes e mais valoradas.

Sobre a discriminação salarial, Soares (2000) afirma que:

A discriminação nas sociedades humanas é prática tão disseminada quanto nefasta. Onde existe a diferença, existem indivíduos cujas vidas são prejudicadas por pertencerem a um ou outro grupo que foge a determinadas normas. Essas normas podem ser a cor da pele, a opção sexual, a religião, o sexo, a origem social ou quase qualquer outra marca que se impõe aos indivíduos. (SOARES, 2000, p. 5).

Segundo Kabeer (2013), a abordagem do trabalho assalariado realizado pelas mulheres tem conquistado centralidades nos estudos sobre desenvolvimento, especialmente por dois motivos: i) o instrumental, que compreende o trabalho assalariado sob a ótica de desenvolvimento e crescimento econômico, como fator de diminuição da pobreza; e ii) o intrínseco, de forma a analisar o poder de transformação na vida das mulheres, em contrapartida às disparidades de gênero.

De fato, são várias as condições socioeconômicas que imputam limites às conquistas femininas. Em muitos casos, as mulheres das camadas sociais mais baixas não frequentaram a escola ou tiveram que abandonar os estudos. São muitos os motivos que levam essas mulheres a deixarem a escola, um deles é o motivo financeiro, em que as meninas abandonam os estudos para cuidar de irmãos mais novos, avós e doentes. Outro motivo muito recorrente acontece quando essas mulheres se casam e o marido as proíbe de estudar e trabalhar, e elas acabam por se dedicar integralmente aos trabalhos domésticos e à criação dos filhos (OLIVEIRA, 2013). Sousa e Guedes (2016) concluem que:

Durante um período considerável de tempo, as mulheres estiveram restritas ao espaço doméstico, tendo seu direito de interagir nos espaços políticos e nas questões sociais cerceados. Esse aspecto se deveu, principalmente, ao lugar de cuidadora ocupado pela mulher na sociedade. [...] essa atribuição “feminina” contribuiu para uma separação fundamental entre os sexos na esfera pública e privada, e entre as “escolhas” de trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Nessa dicotomia de espaços e funções sociais foram destinados aos homens os espaços públicos e as atividades produtivas remuneradas e às mulheres, os espaços privados e as funções reprodutivas gratuitas (SOUSA; GUEDES, 2016, p.136).

De acordo com o IBGE (2019), ao serem questionadas sobre a razão pela qual, mesmo estando potencialmente disponíveis para trabalhar, não estavam procurando emprego, 19,7% das mulheres respondentes da pesquisa alegaram que não estavam procurando trabalho pois se dedicavam a afazeres domésticos ou cuidavam dos filhos e de outros parentes. Já quando esta mesma questão foi indagada aos homens, sendo que apenas 2,2% justificaram com este motivo

na pesquisa. Logo, observa-se que as desigualdades de gênero persistem nas atividades domésticas.

A marginalização sofrida pelas mulheres vem de estereótipos sustentados pelo patriarcado, no qual se entende que as mulheres foram concebidas para serem naturalmente voltadas à esfera privada da sociedade, dedicando-se aos afazeres domésticos e cuidado dos filhos. Mesmo o trabalho doméstico sendo dispendioso e muito importante, ainda é visto com certo grau de invisibilidade, sendo este um reflexo do patriarcalismo rural que marcou profundamente o Brasil e a América Latina (COLCERNIANI; NETO; CAVAS, 2015).

Por consequência, a inserção feminina no mercado de trabalho veio acompanhada de muitas dificuldades. Marcacine et al. (2019) assinalam que as mulheres tiveram que começar a adaptar suas rotinas e seu tempo, visto que precisaram lidar com o acúmulo de atividades. Além dos conflitos familiares e afazeres domésticos, as mulheres ainda passaram a lidar com as desigualdades no ambiente de trabalho, pois mesmo com mais anos de estudos e se qualificando mais que os homens, ainda recebem menores que os eles. Neste sentido, o relatório *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2019*, do IBGE (2019), evidencia que:

Apesar de mais escolarizadas, era maior a proporção de jovens mulheres (28,4%) do que de homens (17,6%) que não estudavam e não estavam ocupadas em 2018. Em pior situação encontravam-se as mulheres pretas ou pardas, que tinham o dobro de chances de estarem sem estudar e sem ocupação do que os homens brancos [...]. Com efeito, [...] as mulheres estão mais sujeitas à desocupação e, ao mesmo tempo e com mais intensidade, a estarem fora da força de trabalho. A maior diferença entre os sexos se dá justamente na faixa etária mais elevada, de 25 a 29 anos, apontando para a dificuldade das mulheres se inserirem e permanecerem no mercado de trabalho após concluírem os estudos (IBGE, 2019, p. 44).

Mesmo que a inserção das mulheres no mercado de trabalho esteja cada vez mais expressiva, os diferenciais salariais permanecem. Ademais, as mulheres tendem a ser empregadas em postos de trabalhos mais precários e de má remuneração. São sustentadas ideias de tipos de trabalhos propriamente femininos, ligados à maternidade, educação e afins (COLCERNIANI; NETO; CAVAS, 2015).

Quintela (2006) aponta duas razões básicas pelas quais tornam a luta de libertação das mulheres não absorvíveis pelo sistema capitalista. A primeira refere-se ao papel da mulher na família, como reprodutora da força de trabalho e transmissora de valores de geração a geração, contribuindo para a manutenção da hierarquia do sistema. A segunda razão concerne ao fato de que a igualdade de gênero afetaria as relações de poderes vigentes. Sendo assim, o mercado não

é neutro na questão referente ao gênero, pois essas relações estão na sustentação da organização da produção e do trabalho.

Com base na PNAD de 1989, Cavalieri e Fernandez (1998) desenvolveram pesquisa abrangendo regiões metropolitanas brasileiras. Nesse estudo, os autores identificaram que - com as mesmas condições de escolaridade, idade, cor e moradia - os rendimentos médios masculinos eram maiores do que os femininos em cerca de 59,38%. Cabe ressaltar que, com a mesma quantidade de anos de estudo, de acordo com aumento da idade, a diferença salarial média aumenta mais ainda entre homens e mulheres.

Em pesquisa realizada por Silva e Kassouf (2000), sob a construção de um cenário hipotético em que as mulheres não sofrem discriminação salarial no mercado de trabalho formal, elas teriam um aumento nos rendimentos 47% maior que o dos homens. Em uma situação de igualdade de gênero no tocante às determinações salariais, as mulheres ganhariam aproximadamente 15% a mais do que os homens. No mercado informal de trabalho, essa situação ainda é mais evidente, os autores destacam que apenas 3% dos rendimentos são explicados por habilidades pessoais, enquanto os 97% restantes são atribuídos à discriminação.

As disparidades de gênero evidenciam-se também na taxa de ocupação das pessoas em idade economicamente ativa, mostrando uma dificuldade maior das mulheres se inserirem no mercado de trabalho. Entre os anos de 2002 e 2006, em estudo realizado por Cacciamali et al. (2010), os homens apresentavam taxa de ocupação de 68,5% e as mulheres possuíam apenas 46,9%. A taxa de desocupação de homens e mulheres era 6,4% e 11%, respectivamente, reforçando as limitações femininas no ingresso ao mercado de trabalho. Neste mesmo período, os autores observaram que a remuneração feminina no setor formal da economia aumentou, mas as remunerações dos homens foram ainda maiores e essa diferença ficava mais evidente quando eram analisadas as dinâmicas do mercado informal.

Andrade e Machado (2018) reforçam que, para as mulheres estarem inseridas na economia do trabalho em igualdade de condições, torna-se essencial a desconstrução dos estereótipos patriarcais. No cerne desta questão está o acúmulo de tarefas domésticas por parte da população feminina: enquanto não houver uma divisão dos afazeres domésticos, de modo a não sobrecarregar as mulheres, a igualdade de gênero no mercado de trabalho estará remota.

Neste cenário de desigualdade relacionadas ao gênero, o presente estudo dedica-se a realizar uma análise econométrica afim de observar a influência de alguns fatores socioeconômicos sobre os rendimentos das mulheres brasileiras. A seguir, explicitam-se os procedimentos metodológicos adotados para realizar as análises propostas.

2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando atender ao objetivo proposto - que consiste em analisar os fatores que influenciam na determinação dos rendimentos das mulheres no Brasil - foi utilizado como instrumental analítico um modelo econométrico do tipo *cross section*, denominado Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), predominante em análises que incidem sobre os determinantes salariais. Segundo Wooldridge (2010), o modelo *cross section*, também denominado modelo de dados em corte transversal, baseia-se na análise de uma amostra de “n” indivíduos para um dado ponto no tempo. Além disso, ressalta-se que nos modelos de regressão múltipla, a variável dependente compõe o centro da análise, concentrando o grau de interferência de todas as demais variáveis independentes em sua formação. O autor exemplifica esse modelo em molde matricial conforme apresentado na equação (1).

$$Y = \beta + X\beta + u \quad (1)$$

Onde: Y: variável dependente da i-ésima observação, sendo $i = 1, 2, 3, \dots, n$; X: Quantidade da j-ésima variável independente utilizada pela i-ésima observação, $j = 1, 2, 3, \dots, k$; β : quantidade de vetor do j-ésimo parâmetro a ser estimado; u: termo de erro, resíduos.

Como fonte de dados para essa pesquisa, utilizou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), referente aos dados do sexo feminino para o ano de 2015, com um total de 183.681 observações (mulheres respondentes da pesquisa). O modelo especificado neste estudo pretende verificar as variáveis que influenciam na determinação dos salários das mulheres no Brasil. Logo, representada pelo modelo delineado na equação (2).

$$\begin{aligned} & \ln(\text{RendaFem}) \\ &= \beta_0 + \beta_1 \text{Cor} + \beta_2 \text{EstadoCiv} + \beta_3 \text{HrsTrab} + \beta_4 \text{TrabDom} + \beta_5 \text{TrabForm} \\ &+ \beta_6 \text{Prev} + \beta_7 \text{Filho} + \beta_8 \text{Educ} + \beta_9 \text{Mor} + \beta_{10} \text{Perm} + \beta_{11} \text{Idade} + \beta_{12} \text{idade}^2 \\ &+ u_i \end{aligned} \quad (2)$$

Onde: *RendFem* = Rendimento Feminino; *Cor* = Cor ou raça; *EstadoCiv* = Estado Civil *HrsTrab* = Horas trabalhadas; *TrabDom* = Horas de trabalho doméstico; *TrabForm* = Trabalho formal; *Prev* = Previdência; *Filho* = Filho(s); *Educ* = Anos de estudo; *Mor* = Moradia (urbana ou rural);

$Perm$ = Permanência no trabalho atual; $Idade$ = Idade; $Idade^2$ = Variável quadrática da $Idade$; u = Resíduos; $i= 1,2,3, \dots, 183.681$ observações (mulheres respondentes da pesquisa).

A seguir, no Quadro 1, têm-se a apresentação das variáveis utilizadas na análise, o ano ao qual se referem, a fonte de dados e o sinal esperado em relação à variável dependente (positivo ou negativo). A inclusão do logaritmo na variável dependente configura um modelo Log-lin. Esse modelo representa a semi-elasticidade entre a variável dependente e as independentes, de forma que o coeficiente encontrado deve ser multiplicado por 100 e pela variação de cada variável independente, o que representará a variação percentual aproximada da variável *RendFem*.

Como a pesquisa versa sobre determinação salarial, a variável dependente do modelo econométrico analisado é o *Rendimento Feminino*, a qual se refere ao rendimento mensal em dinheiro que as mulheres recebiam normalmente no seu trabalho principal no ano de 2015. As demais variáveis são independentes, a saber: *Cor*, *Estado Civil*, *Horas Trabalhadas*, *Horas de Trabalho Doméstico*, *Trabalho Formal*, *Contribuição à Previdência*, *Existência de Filho*, *Educação*, *Área da Moradia*, *Tempo de Permanência no Emprego Atual*, *Idade e Idade²*.

A variável *Cor* é composta por uma *dummy*, em que é atribuído 0 aos indivíduos brancos e 1 aos indivíduos não-brancos. Na PNAD 2015, existem cinco categorias para autodeclarar quanto à etnia: branco, amarelo, preto, pardo e indígena. Para fins analíticos, são organizados dois agrupamentos de indivíduos: brancos e não-brancos. O primeiro é composto pelos indivíduos autodeclarados brancos, enquanto o segundo grupo é formado pelos agentes autodeclarados pretos, amarelos, pardos e indígenas. No que tange ao efeito dessa variável, espera-se que seja negativo, pois o Brasil ainda é um país que evidencia o preconceito racial, sobretudo relacionado ao mercado de trabalho. Segundo Henriques (2002), os indivíduos negros possuem menor escolaridade que os indivíduos brancos, o que contribui para o aumento da desigualdade salarial. Contudo, o autor reitera que os comportamentos racistas no mercado de trabalho são empecilhos para que os negros ocupem cargos mais altos de poder ou chefias. Em vista disso, negros tendem a ocupar postos mais precários no mercado, quando não estão desempregados.

Ademais, na PNAD 2015, a variável *Estado Civil* é dividida em cinco agrupamentos: casado, desquitado ou separado judicialmente, divorciado, viúvo e solteiro. Nesta análise, as respostas foram divididas em dois grupos: Solteiras e Não-Solteiras. O grupo “Solteiras” refere-se às mulheres que se declaram solteiras, já as demais opções de estado civil foram agrupadas em “Não-solteiras”. Atribuindo-se 1 a não-solteiras e 0 a solteiras. Espera-se um sinal negativo nos resultados dessa variável, pois infere-se que mulheres não- solteiras tenham mais

dificuldade de serem absorvidas no mercado de trabalho, devido a responsabilidades domésticas.

Quadro 1- Detalhamento das variáveis utilizadas na pesquisa

Variável	Descrição	Ano	Fonte	Sinal esperado
<i>RendFem</i>	Rendimento mensal da mulher, em reais	2015	PNAD	Variável Dependente
<i>Cor</i>	<i>Dummy</i> ; Branca = 0 e Não-Branca = 1	2015	PNAD	Negativo
<i>EstadoCiv</i>	<i>Dummy</i> ; Solteira = 0 e Não-Solteira = 1	2015	PNAD	Negativo
<i>HrsTrab</i>	Horas trabalhadas por semana no trabalho principal	2015	PNAD	Positivo
<i>TrabDom</i>	Horas de trabalho doméstico por semana	2015	PNAD	Negativo
<i>TrabForm</i>	<i>Dummy</i> ; Trabalho Formal = 0 e Trabalho Informal = 1	2015	PNAD	Negativo
<i>Prev</i>	<i>Dummy</i> ; Contribuinte = 0 e Não-Contribuinte = 1	2015	PNAD	Negativo
<i>Filho</i>	<i>Dummy</i> ; Não tem filho = 0 e Tem filho(s) = 1	2015	PNAD	Negativo
<i>Educ</i>	Medida por anos de estudo	2015	PNAD	Positivo
<i>Mor</i>	<i>Dummy</i> ; Urbano = 0 e Rural = 1	2015	PNAD	Negativo
<i>Perm</i>	Anos no trabalho principal atual	2015	PNAD	Positivo
<i>Idade</i>	Idade em anos	2015	PNAD	Positivo
<i>Idade²</i>	Idade em anos ²	2015	PNAD	Negativo

Fonte: Elaborada com pesquisa bibliográfica (2020).

A variável *Horas Trabalhadas* refere-se ao número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal das mulheres. Aguarda-se um efeito positivo nos resultados, pois com mais horas trabalhadas, espera-se remuneração maior.

A variável *Horas de Trabalho Doméstico* contempla o número de horas nas quais a mulher se dedica normalmente por semana aos afazeres domésticos. Espera-se obter um sinal negativo nos resultados desta variável, visto que quanto mais horas a mulher se dedicar ao trabalho doméstico, menos ela trabalhará fora de casa e, conseqüentemente, receberá menores salários.

O mercado de trabalho brasileiro é marcado historicamente pela informalidade, sendo ela um grande atenuador das desigualdades socioeconômicas no Brasil. A variável *Trabalho Formal* reflete se as mulheres têm ou não a carteira de trabalho assinada no trabalho principal. Neste caso, se a mulher tem carteira de trabalho assinada será considerado como trabalho formal, e será atribuído 0 a esse grupo. Já para as mulheres sem carteira assinada será atribuído

1, considerando trabalho informal. Espera-se um efeito negativo dessa variável nos resultados da pesquisa.

A variável *Contribuição à Previdência* expressa se as mulheres eram ou não contribuintes para o instituto de previdência. Em caso positivo atribui-se 0 e, em caso negativo, atribui-se 1. Espera-se um efeito negativo desta variável.

A variável *Existência de Filhos* reflete se as mulheres tiveram algum filho nascido vivo até o dia da pesquisa. Será atribuído 0 no caso delas não terem filhos e, 1 no caso de terem algum filho. Espera-se um efeito negativo desta variável, visto que o fato de ter filhos sobrecarrega as funções domésticas da mãe e impossibilita ascensões na carreira devido a, possivelmente, não está disponível a viagens e ter menos flexibilidade para mudar de cidade, caso o cargo exija (COLCERNIANI; NETO; CAVAS, 2015).

A variável *Educação* refere-se ao nível de escolaridade do indivíduo, quantificada através dos anos de estudo. Nesse sentido, espera-se que quanto maior for o nível de escolaridade da pessoa, maior seja sua remuneração no mercado de trabalho, ou seja, espera-se um efeito positivo para esta variável. Andrade e Machado (2018) apontam cinco motivos da educação como fomentadora da luta contra as desigualdades de gênero, visto que ela:

- 1) facilita o ingresso das mulheres no mercado de trabalho; 2) cria oportunidade de acesso à informação de qualidade, imprescindível ao empoderamento das pessoas (neste debate, as mulheres); 3) auxilia na recolocação profissional, em caso de desemprego; 4) fortalece o pleito por melhores salários, o que garante uma maior autonomia financeira etc (ANDRADE; MACHADO, 2018, p. 318).

Quanto à variável *Área da Moradia*, leva-se em consideração se o agente mora em área urbana ou rural. Na PNAD 2015 existem oito categorias quanto à situação domiciliar: Urbana-Cidade ou vila, área urbanizada; Urbana- Cidade ou vila, área não- urbanizada; Urbana-Área urbana isolada; Rural-Aglomerado rural de extensão urbana; Rural-Aglomerado rural, isolado, povoado; Rural-Aglomerado rural, isolado, núcleo; Rural-Aglomerado rural, isolado, outros aglomerados; e Rural-Zona rural exclusive aglomerado rural. Para fins de análise, transformou-se essa variável em uma *dummy*, agrupada em duas novas categorias: urbana e rural. Desse modo, será atribuído 0 a aos domicílios urbano e 1 aos rurais. Quanto aos sinais esperados, acredita-se que seja negativo, ou seja, que indivíduos que residem na zona rural recebam menores salários que os indivíduos que moram na zona urbana, devido ao leque maior de oportunidades (CASTRO; STAMM, 2017).

A variável *Tempo de Permanência no Emprego Atual* evidencia o número de anos que a mulher está trabalhando no seu trabalho principal. Espera-se que quanto mais anos o indivíduo

esteja no mesmo trabalho, ele receba mais devido a promoções e ascensões. Logo, aguarda-se um efeito positivo dessa variável no rendimento feminino. A variável *Idade* refere-se à idade do indivíduo. Espera-se, desse modo, um efeito positivo dessa variável, pois quanto mais velho o indivíduo, pressupõe-se que ele tenha mais experiência, logo maiores salários. E a variável *Idade*² refere-se à variável *Idade* elevada ao quadrado, com o intuito de medir os possíveis efeitos marginais da idade sobre o rendimento.

A confirmação do ajustamento estatístico do modelo foi realizada através da realização de dois testes: de Breusch-Pagan e o teste Reset de Ramsey. O primeiro é baseado no multiplicador de Lagrange, utilizado para verificar se o modelo é homocedástico, ou seja, se as variâncias dos resíduos são constantes. Sua hipótese nula refere-se à homocedasticidade e a hipótese alternativa à heterocedasticidade. Já o teste Reset de Ramsey é usado para analisar possíveis erros de especificação no modelo, com hipótese nula de que a regressão está corretamente especificada e hipótese alternativa de que há problemas de especificação no modelo (WOOLDRIDGE, 2010).

2.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A base de dados explorada pelo presente estudo é oriunda da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2015, sendo que a amostra utilizada conta com 183.681 observações, referentes às mulheres inseridas no mercado de trabalho brasileiro. A média geral do rendimento no trabalho principal dos brasileiros era de R\$ 1.785, 83 no ano de 2015, sendo que o rendimento médio dos homens era de R\$ 1.975,65 e das mulheres brasileiras era apenas R\$ 1.520,38.

Evidencia-se que as mulheres respondentes da PNAD (2015) tinham em média 38,7 anos de idade, 11,11 anos de estudo, dedicavam-se 19,67 horas por semana aos afazeres domésticos, trabalhavam 36,24 horas por semana no trabalho principal e detinham 6,74 anos de permanência no trabalho atual. Por outro lado, como podemos observar na tabela 1, os homens possuíam em média 39,06 anos de idade, 9,6 anos de estudo, dispndiam apenas 9,99 horas por semana aos afazeres domésticos, trabalhavam 41,15 horas por semana no trabalho principal e apresentavam 8,28 anos de permanência no trabalho atual.

Cabe destacar a diferença de tempo que homens e mulheres dedicam-se ao trabalho doméstico, de modo que as mulheres dispndem cerca de 96,89% de horas a mais do que os homens aos afazeres domésticos. Logo, no Brasil, os cuidados do lar continuam sendo, em grande parte, responsabilidade feminina. Por conseguinte, observa-se que as mulheres atuam

no trabalho principal, em média, 4,91 horas a menos que os homens e apresentam 1,54 anos a menos de permanência no trabalho atual.

Tabela 1- Média das variáveis discretas por sexo (2015)

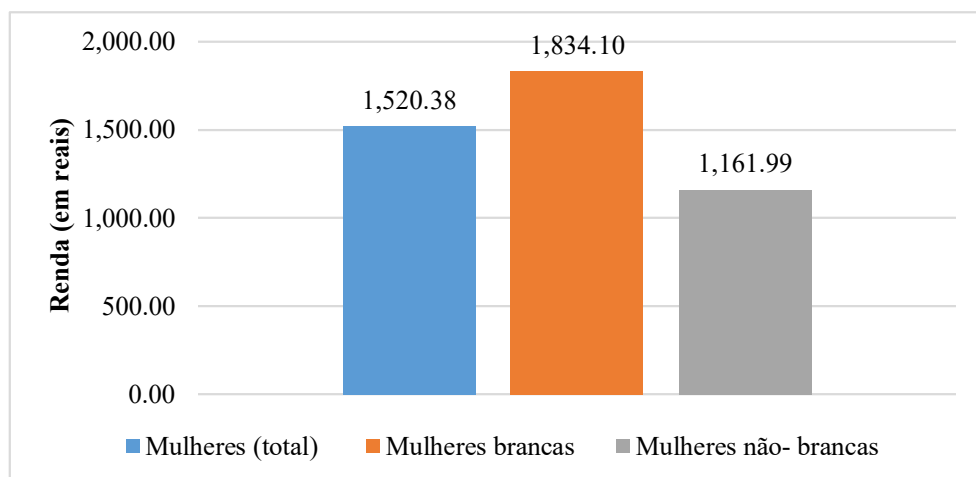
Variáveis	Homens	Mulheres
Idade	39,06	38,7
Horas trabalhadas	41,15	36,24
Permanência	8,28	6,74
Trabalho Doméstico	9,99	19,67
Anos de Estudo	9,62	11,11

Fonte: Adaptado de IBGE (2015).

No debate de gênero, um aspecto positivo a ser dado atenção na situação das mulheres brasileiras é o acesso à educação. As mulheres possuem mais anos de estudos do que os homens, cerca de 1,5 de anos de estudo a mais que os homens. A maior escolaridade permite conquistas de oportunidades para as mulheres na inserção no mercado de trabalho, mesmo que este não seja suficiente para angariar maior rendimento.

Ao analisar a média do rendimento feminino do trabalho principal sob o recorte de cor da pele, observa-se que as mulheres não-brancas apresentam média de rendimento inferior à das mulheres brancas. De acordo com a figura 1, as mulheres brancas têm como média de rendimento R\$ 1.834,10 reais e as mulheres não-brancas apresentam R\$1.161,99 como média do rendimento do trabalho principal.

Figura 1- Média do rendimento das mulheres no trabalho principal (2015)



Fonte: Adaptado de IBGE (2015).

Na tabela 2, ao compararmos as médias das variáveis por categoria de cor da pele, as mulheres não-brancas são as mais prejudicadas socialmente. Quanto aos anos de estudos, as mulheres brancas possuem 11,7 anos de estudo, em contrapartida a 10,38 anos das mulheres não-brancas. Comparando as horas atuadas no trabalho principal por semana, a diferença é pequena, sendo 36,8 horas trabalhadas pelas mulheres brancas e 35,42 pelas não-brancas. Quanto às horas dedicadas aos afazeres domésticos por semana, as mulheres não-brancas dispõem mais tempo ao trabalho doméstico, em média, 20,27 horas por semana. Já as mulheres brancas dedicam cerca de 18,9 horas por semana aos serviços do lar.

A aplicação de técnicas de estatística descritiva à amostra permite identificar alguns padrões de desigualdade referentes à questão racial no Brasil. Santos, Diogo e Shucman (2014) pontuam que, mesmo que as consequências da discriminação por raça incidam de forma indireta e as discriminações por gênero de forma direta nas relações sociais, as questões raciais não estão aquém das questões de gênero. Longe disso, no Brasil, as desigualdades raciais vêm se mostrando mais custosas de serem dissolvidas. Logo, o gênero associado à raça promove barreiras importantes no mercado de trabalho, de forma que mulheres negras são recorrentemente marginalizadas.

Tabela 2- Média das variáveis discreta das mulheres brasileiras, por cor da pele (2015)

Variáveis	Anos de estudo	Horas trabalhadas (Trabalho principal)	Horas de Trabalho doméstico	Permanência no trabalho
Mulheres brancas	11,7	36,8	18,9	7,3
Mulheres não-brancas	10,38	35,42	20,27	6,42

Fonte: Adaptado de IBGE (2015).

Após a aplicação econométrica, observou-se, por meio do teste de Breusch-Pagan, que o modelo econométrico proposto apresentava heterocedasticidade. Para a correção do problema evidenciado, utilizou-se o método de erros padrões robustos. Ademais, foi realizado o teste Reset de Ramsey para analisar a existência de possíveis erros de especificação no modelo. O teste não rejeitou a hipótese nula, logo o modelo está corretamente especificado. Os resultados da estimação do modelo proposto estão expostos na Tabela 3.

Tabela 3 - Resultado do modelo de determinação salarial feminina no Brasil (2015)

VARIÁVEIS	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	RAZÃO- T	P- VALOR
<i>Constante</i>	5,25565***	0,165832	31,69	<0,0001
<i>Cor</i>	-0,287874***	0,0326158	-8,826	<0,0001
<i>EstadoCiv</i>	-0,112058***	0,0422395	2,653	0,0080
<i>HrsTrab</i>	0,0140509***	0,00146352	9,601	<0,0001
<i>TrabDom</i>	-0,00840539***	0,00142569	-5,896	<0,0001
<i>TrabForm</i>	-0,146192***	0,0515994	-2,833	0,0046
<i>Prev</i>	-0,282452***	0,0557427	-5,067	<0,00,001
<i>Filho</i>	-0,110576***	0,0406261	-2,722	0,0065
<i>Educ</i>	0,0798236***	0,00511445	15,61	<0,0001
<i>Mor</i>	-0,251061***	0,0525098	-4,781	<0,0001
<i>Perm</i>	0,0161708***	0,00339398	4,765	<0,0001
<i>Idade</i>	0,0360529***	0,00819507	4,399	<0,0001
<i>Idade²</i>	-0,000290585***	0,000108481	-2,679	0,0074
<i>R-Squared</i>	0,4283			
<i>Número de observações</i>	183681			
<i>Teste Reset</i>	0,327			

Fonte: Adaptado de IBGE (2015).

***Significância de 1% de significância.

O coeficiente negativo da variável *Cor* indicou que as mulheres declaradas pretas, amarelas, pardas e indígenas recebem salários menores que as mulheres declaradas brancas. Além disso, essa variável apresentou-se significativa ao nível de 1% de significância. Nesse contexto, a pesquisa mostrou que as mulheres não-brancas no Brasil recebem remunerações salariais 28,7% menores que as das mulheres brancas. Ressalta-se que a discriminação racial não é uma discriminação de minoria, em 2003, indivíduos negros já representavam 46% da População Economicamente Ativa no Brasil (PEA). Logo, nessa acepção, as mulheres negras representam 18% da PEA, sofrendo dupla discriminação: seja no mercado de trabalho ou nas relações sociais (ABRAMO, 2006).

O coeficiente associado à variável *Estado Civil* foi negativo, representando que as mulheres solteiras têm mais facilidade de se inserirem no mercado de trabalho do que casadas, por exemplo. Ainda, revela-se que as mulheres não-solteiras recebem 11,20% a menos que as mulheres solteiras. Guíginski e Wajnman (2019) evidenciaram que, em 2013, o fato de ter um cônjuge impacta diferentemente homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro, sendo um fator positivo para os homens e negativo para as mulheres. As autoras afirmam que é

possível vincular à presença de cônjuge uma redução da participação das mulheres no mercado de trabalho em 59% dos casos e, em contrapartida, um aumento em 73,6% da possibilidade de os homens serem empregados.

Em relação às *Horas Trabalhadas*, a variável apresentou efeito positivo sobre o salário. Nesse sentido, a variável evidencia que uma hora a mais trabalhada por semana reflete num acréscimo de 1,4% no salário das mulheres. Já a variável que analisa as *Horas de Trabalho Doméstico* também apresentou grau de significância de 1% e impactou negativamente no rendimento feminino. Logo, tem-se que uma hora a mais que as mulheres se dedicam aos trabalhos domésticos expressa uma redução de 0,84% nos seus salários. Ao considerarmos a construção histórica que o Brasil vivenciou, sabe-se que as mulheres se dedicam bem mais aos afazeres domésticos do que os homens.

Guiginski e Wajnman (2019) acrescem que, mesmo que a mulher seja a principal responsável financeira do casal, ainda assim os afazeres domésticos que ela cumpre são mais intensos que os do marido/companheiro. Esta situação apenas reflete a persistente divisão sexual do trabalho, evidenciando que a inserção das mulheres no mercado de trabalho não as liberou do trabalho doméstico, de forma que não ocorre uma troca e sim um acúmulo de tarefas, sobrecarregando as trabalhadoras.

No que tange aos resultados obtidos para a variável *Trabalho Formal*, temos que as mulheres que não tinham carteira assinada no seu trabalho principal recebiam 14,61% a menos que mulheres que possuíam trabalho formal com carteira assinada em 2015. Este resultado corrobora os argumentos apresentados por Castro e Stamm (2017) sobre o mercado de trabalho brasileiro com os dados da PNAD de 2013, mostrando que as pessoas que tinham vínculo empregatício formal recebiam 19,39% a mais que as que não possuíam carteira assinada. Em consonância, a variável *Contribuição à Previdência* se comportou seguindo a mesma lógica, mostrando que as mulheres que não contribuem para instituto de previdência recebem 28,24% a menos do que as mulheres que contribuem à previdência.

Ao avaliar o impacto da variável *Existência de Filho* sobre o rendimento das mulheres, percebeu-se que o fato de elas terem algum filho incide negativamente em seus rendimentos, com um decréscimo de 11,55%. Culturalmente, as mulheres despendem mais tempo aos cuidados com os filhos, de modo que as que têm filhos são tidas como menos aptas ao trabalho, possivelmente pelo grau de disponibilidade para viagens, faltas por questões escolares ou de saúde dos filhos.

No estudo realizado por Guiginski e Wajnman (2019) muitos fatores da composição familiar influenciam na participação econômica das mulheres em 2013 no Brasil. As autoras

evidenciaram que o fato de ter filhos, cônjuge ou idosos na família diminuem a chances de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Quanto aos filhos, Guiginski e Wajnman (2019) salientaram que:

Ter um filho em idade pré-escolar diminui as chances de a mulher estar no mercado de trabalho em 52,2% e ter dois ou mais filhos em idade pré-escolar reduz esta chance em 73,5%, em comparação com aquelas que não têm filhos. Para mulheres com filho em idade escolar, a mudança na razão de chances é menor, mas ainda assim expressiva: a presença de um filho em idade escolar reduz as chances em 24,8% e dois ou mais filhos representam 34,4% de decréscimo nas chances de participação, em relação àquelas sem filhos. A presença de filhos acima de 12 anos também afeta a participação das mulheres, mas menos do que os filhos menores (GUIGINSKI; WAJNMAN, 2019, p.15).

Ademais, através da variável *Educação*, detectou-se que as trabalhadoras que possuem mais anos de estudos recebem remunerações maiores do que aquelas que possuem menos anos de estudo. Nessa acepção, a cada ano a mais de estudo, a mulher apresenta aumento de 7,8% no salário. Segundo os resultados, a variável mostrou-se significativa a 1% de nível de significância. Em consonância, no estudo de Castro e Stamm (2017), sobre as determinações salariais para o Brasil em 2013, mostrou que os anos de educação refletem positivamente nos salários dos indivíduos, sendo representado por 8,9% de impacto nos rendimentos dos brasileiros.

Maia et al. (2018) apontam que as pessoas que têm o nível de escolaridade médio ou superior têm mais chances de serem inseridas no mercado de trabalho e, conseqüentemente, receberem maiores remunerações. Os efeitos da educação formal são importantes para o empoderamento feminino. A educação é primordial no processo de emancipação das mulheres, pois atribui conhecimentos, habilidades e autoconfiança, proporcionando a inserção das mesmas no mercado de trabalho e nas tomadas de decisões. Uma educação de qualidade e equiparada à que os homens desfrutam pode proporcionar às mulheres a oportunidade de avançarem nos postos de trabalho e elevarem sua participação e influência política e social (MAIA et al., 2018).

Em relação à *Área da Moradia* das mulheres analisadas, a variável mostrou-se significativa ao nível de 1% de significância e apresentou efeito negativo. Nesse caso, trabalhadoras que moram na zona rural recebem remunerações 25,10% menores que as que residem na zona urbana. Este resultado converge com o estudo de Castro e Stamm (2017) sobre o mercado de trabalho brasileiro, que evidenciou que os indivíduos que residem na zona urbana auferem rendimentos 21,31% maiores do que os indivíduos que vivem no meio rural.

A variável *Tempo de Permanência no Emprego Atual* apresentou efeito positivo sobre o salário das mulheres, de modo que um ano a mais trabalhado no mesmo emprego gera acréscimo de 1,6% no salário das mulheres. Percebe-se que a continuidade da mulher no mesmo trabalho proporciona confiabilidade que, por conseguinte, reflete nas suas remunerações. Maia et al. (2018) reforçam que a escolaridade e a experiência trazem retornos positivos para a determinação dos salários dos indivíduos, corroborando a tese do capital humano. Assim, pessoas que nunca trabalharam no mercado formal têm menores oportunidades no mercado de trabalho ou tendem a ingressar em trabalhos de baixa remuneração. Nesse sentido, os trabalhadores que tem maior experiência são mais facilmente absorvidos no mercado e, em geral, apresentam melhores remunerações.

As análises econométricas indicam que a variável *Idade* incide positivamente na determinação salarial. Sendo assim, a cada ano a mais de idade reflete no aumento de 3,6% no rendimento dos indivíduos do sexo feminino. Porém, a variável de *Idade* foi inclusa na forma quadrática na análise para medir os efeitos marginais da idade sobre o salário. Podemos obter esse efeito a partir da derivada de *idade* em relação a *salário*, a partir de:

$$\frac{\Delta renda}{\Delta idade} = \hat{\beta}_{idade} - 2\hat{\beta}_{idade}x \quad (3)$$

Para alcançar os retornos marginais crescentes ou decrescentes é possível calcular a idade máxima em que o aumento de idade tem efeito positivo sobre o salário, igualando a equação acima a zero e depois isolando o x (WOOLDRIDGE,2010). Então tem-se:

$$\left| \frac{\hat{\beta}_1}{2\hat{\beta}_2} \right| = \left| \frac{0,0360529}{2 \cdot (-0,00029058)} \right| = 62,03 \quad (4)$$

Como esta função quadrática possui um coeficiente de $\hat{\beta}_1 > 0$ e o coeficiente de $\hat{\beta}_2 < 0$, ela tem um perfil côncavo com um ponto de máximo, que pelo resultado da equação acima é aos 62,03. Logo, o efeito da *Idade* sobre o rendimento torna-se negativo somente a partir dos 62 anos de idade dos indivíduos, aproximadamente.

Diante dos resultados apresentados, revelam-se vários desafios que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho, a maioria destes ligados ao “mundo feminino” e a divisão sexual do trabalho. Logo, percebe-se que o Brasil ainda possui grandes amarras para a igualdade social, pois as relações sociais e econômicas mostram-se, ainda, permeadas pelo racismo e sexismo.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da análise econométrica sobre os fatores que influenciam na determinação dos rendimentos femininos no Brasil permitem inferir sobre as variáveis que mais impactam sobre os rendimentos das mulheres, a saber: *Cor*, *Contribuição à Previdência*, *Área da Moradia*, *Trabalho Formal*, *Existência de Filho* e *Estado Civil*, nesta ordem. Evidenciou-se que as mulheres não-brancas recebem remunerações salariais 28,7% menores que as das mulheres brancas, resultado que pode indicar forte presença da discriminação relacionada à cor da pele no Brasil.

Além do mais, a diferença de escolaridade entre brancas e negras mostra a estagnação do padrão de discriminação racial no país. Mesmo com a melhoria dos níveis médios de escolaridade ao longo do século, a situação das mulheres negras no mercado de trabalho continua preocupante.

Vale ressaltar as características implícitas ao “mundo feminino” afetam diretamente no avanço da educação dessas mulheres. Este estudo evidenciou que a cada ano a mais de estudo, a mulher auferiu um acréscimo de 7,8% no seu salário. Então, o acesso à educação é forte aliado das mulheres no mercado de trabalho, apesar de que mesmo tendo melhores níveis educacionais que homens, elas ainda não auferem salários melhores. Uma das explicações para esta defasagem na participação em igualdade no mercado de trabalho brasileiro está fortemente ligada ao acúmulo de atividades pelas mulheres, acarretando que muitas tenham que procurar trabalhos de tempo parcial para poder cuidar da casa, dos filhos, da família, entre outros.

Logo, menos horas de trabalho refletem em menores salários para elas. Da mesma forma, quando as mulheres estão inseridas em postos de trabalhos formais e com boas condições no emprego, tendem a ter melhores retornos salariais. A pesquisa também apontou que as mulheres que não contribuem para o instituto de previdência recebem 28,24% a menos do que as mulheres que contribuem. Por conseguinte, outra variável impactante na determinação dos rendimentos é a variável *Trabalho Formal*, apontando que uma mulher que não tem carteira assinada no seu trabalho principal recebe 14,61% a menos que mulheres possuam carteira assinada no seu trabalho.

As variáveis que afetam o fato de “ser mulher” em uma sociedade patriarcal impactam fortemente na inserção no mercado de trabalho e nas determinações salariais femininas, dentre as principais características, temos: ter filhos, não ser solteira e dedicar mais horas ao trabalho doméstico. Como esperado, o fato de ser mãe e o estado civil refletem negativamente nos salários das mulheres. Lembrando ainda que as mulheres participantes desta pesquisa dedicam-

se, em média, 19,67 horas por semana aos afazeres domésticos e o efeito de cada uma dessas horas dedicado por semana pelas mulheres ao trabalho doméstico impacta em uma redução de 0,84% em seu salário. Logo, as muitas horas de trabalho doméstico são grande barreira para as mulheres no mercado laboral.

Tendo em vista o exposto, é preciso que o poder público invista mais em políticas públicas que incidam nessas vulnerabilidades femininas, por exemplo, promovendo a construção e expansão de creches, para que as mulheres com filhos possam continuar os estudos e/ou possam se inserirem no mercado de trabalho integralmente. Além disto, é preciso desconstruir cada vez mais a responsabilização atribuída majoritariamente às mulheres com os afazeres domésticos e com o cuidado dos filhos, pois enquanto este acúmulo de atividades estiver sobre as mulheres, a desigualdade de gênero no mercado de trabalho perpetuará.

Por fim, cabe ressaltar que as análises aqui realizadas não esgotam as discussões a questão salarial no Brasil, bem como sobre as disparidades de gênero. Para fins de melhor compreensão sobre a realidade brasileira, cabem análises mais detalhadas por regiões ou estados, afim de que sejam delineadas políticas públicas com vista ao desenvolvimento endógeno e regional.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 40-41, out. /dez.2006.
- ANDRADE, Denise Almeida de; MACHADO, Mônica Sapucaia. Pobreza e a (des) igualdade de gênero: uma relação estruturante. **NOMOS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, Fortaleza, v.38, n.2, jul. /dez.2018, p. 307-321. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43944>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- BARROS, Ricardo Paes de *et al.* Inserção no mercado de trabalho: Diferenças por sexo e consequências sobre o bem-estar. **Texto para discussão nº 796**. IPEA. Rio de Janeiro, jul. 2001. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2230/1/TD_796.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.
- CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; ROSALINO, Jackson William. Estreitamento dos diferenciais de salários e aumento do grau de discriminação: limitações da mensuração padrão?. **Planejamento e políticas públicas**, 2010.
- CAMPANTE, Filipe; CRESPO, Anna; LEITE, Phillippe. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia**, v. 58, n. 2, p. 185-210, 2004.

CASTRO, Bruna Naiara de; STAMM, Cristiano. Diferenças Salariais de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho Brasileiro: uma Análise Estatística e Econométrica. *In: Encontro Nacional De Estudos Populacionais*, 2017, São Paulo. São Paulo: Abep, 2017. p. 1 - 20.

CAVALIERI, Claudia; FERNANDES, Reynaldo. Diferenciais de salários por gênero e cor: uma comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras. *Revista de economia política*, v. 18, n. 1, p. 69, 1998.

COLCERNIANI, Claudia Borges; NETO, Maria Inácia D. 'Ávila; CAVAS, Cláudio de São Thiago. A participação das mulheres no mercado de trabalho sob a perspectiva da teoria da justiça social de Nancy Fraser e dos conceitos relativos ao trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 18, n. 2, p. 169-180, 2015.

GUIGINSKI, Janaína; WAJNMAN, Simone. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 36, p. 1-26, 2019.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça & gênero nos sistemas de ensino**: os limites das políticas universalistas na educação. Unesco, Brasília, 2002.

IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica**, nº38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. **Coordenação de População e Indicadores Sociais**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

KABEER, Naila. Contextualizando as trilhas econômicas do empoderamento de mulheres: resultados de um programa de pesquisa em diferentes países. *Revista feminismo*, v.1, n.2, mai. 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29965/17715> >. Acesso em: 18 mai. 2020.

LEONE, Eugenia Troncoso; BALTAR, Paulo. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 25, n. 2, p. 233-249, 2008.

MAIA, Katy *et al.* Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor no mercado de trabalho da região sul do Brasil. *Revista Estudo & Debate*, v. 25, n. 1, 2018.

MARCACINE, Patrícia Ribeiro *et al.* Qualidade de vida, fatores sociodemográficos e ocupacionais de mulheres trabalhadoras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 749-760, 2019.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/390/294>. Acesso em: 20 dez. 2019.

QUINTELA, Sandra. Economia feminista e economia solidária: sinais de outra economia. Rio de Janeiro, PACS. **Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul**, 2006.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; DIOGO, Maria Fernanda; SHUCMAN, Lia Vainer. Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 17-32, 2014.

SILVA, Nancy de Deus Vieira; KASSOUF, Ana Lúcia. Mercado de trabalho formal e informal: Uma análise da discriminação e da segmentação. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 10, n.1, p.41-77. Jul. 2000. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/7057606.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2019.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. O perfil da discriminação no mercado de trabalho: Homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. **Texto para discussão n° 769**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, novembro de 2000.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.

WOOLDRIDGE, Jeffrey Marc. **Introdução à Econometria**. São Paulo. Cengage Learning. 4º edição, 2010.

3 ARTIGO 2 – POBREZA MULTIDIMENSIONAL FEMININA BRASILEIRA EM 2015⁵

RESUMO

Estudos desenvolvidos pelas Ciências Sociais vêm se dedicando à análise do processo de feminização da pobreza, de forma a explorar os condicionantes das diferentes fontes de privação a que são submetidas as mulheres. Destarte, a presente pesquisa propõe-se a analisar a pobreza feminina no Brasil para além do caráter monetário. Para tanto, estima-se o nível de pobreza multidimensional das mulheres no Brasil no ano de 2015 através do método Alkire- Foster. A manipulação dos microdados da PNAD (2015) permite concluir que 13,63% das mulheres brasileiras analisadas são consideradas multidimensionalmente pobres. Por conseguinte, a região Nordeste do Brasil é a que apresenta proporção maior de mulheres pobres e com maior nível de privações, em contraponto à região Sudeste, que apresenta a menor proporção de mulheres pobres e o menor nível de pobreza. Esta análise mostrou que os indicadores que as mulheres sofrem maiores privações são os que refletem o acesso à educação formal e às condições de trabalho doméstico, representando 63% e 45% de mulheres privadas, respectivamente. Estas privações expõem a dificuldade de uma expansão educacional (consequentemente, profissional) feminina, sendo que elas ainda dispendem muito tempo aos afazeres domésticos.

Palavras-chave: Método Alkire-Foster; Economia Regional; Feminização da Pobreza.

ABSTRACT

Studies developed by the Social Sciences have been dedicated to the analysis of the feminization process of poverty, in order to explore the conditions of the different sources of deprivation to which women are subjected. Thus, the present research proposes to analyze female poverty in Brazil beyond the monetary character. For this purpose, the level of multidimensional poverty of women in Brazil in 2015 is estimated using the Alkire-Foster method. The manipulation of PNAD microdata (2015) allows us to conclude that 13.63% of the Brazilian women analyzed are considered multidimensionally poor. Consequently, the Northeast region of Brazil is the one with the highest proportion of poor women and with the highest level of deprivation, in contrast to the Southeast region, which has the lowest proportion of poor women and the lowest level of poverty. This analysis showed that the indicators that women suffer the greatest deprivation are those that reflect access to formal education and conditions of domestic work, representing 63% and 45% of private women, respectively. These deprivations expose the difficulty of an educational expansion (consequently, professional) for women, and they still spend a lot of time on domestic chores

Keywords: Alkire-Foster method; Regional Economy; Feminization of Poverty.

⁵ Artigo a ser submetido em revista.

3.1 INTRODUÇÃO

Amartya Sen apresenta compreensão de desenvolvimento que vai além dos termos meramente econômicos, colocando a expansão das liberdades e capacitações humanas como elemento central desse processo. Nessa abordagem, Sen (2010) defende que para enfrentar as vulnerabilidades sociais, exclusão e marginalização que os indivíduos sofrem, é necessária uma perspectiva de desenvolvimento que coloque a liberdade no centro da análise. A expansão das liberdades dos indivíduos apresenta-se como mecanismo de emancipação e transformação social.

A abordagem de desenvolvimento seniana traz a ampliação das liberdades humanas reais como fim primordial e meio principal para o desenvolvimento. O fim seria o “papel constitutivo” e o meio o “papel instrumental da liberdade” nesse processo. Na concepção constitutiva o desenvolvimento está associado à expansão das liberdades substantivas dos indivíduos, ou seja, de acesso a condições de liberdade básicas, como alimentação, educação e saúde. Já na perspectiva instrumental a análise incide nos meios, quer dizer, como os diversos tipos de direitos e oportunidades incidem na expansão das liberdades individuais e, conseqüentemente, no desenvolvimento (SEN, 2012).

Tendo em vista o exposto, percebe-se que a pobreza é indiscutivelmente um fenômeno complexo de se conceituar, podendo ser examinada tanto pela ótica econômica ou abrangendo especificidades das estruturas sociais e políticas da sociedade. Não há negação quanto a incidência dos fatores financeiros e monetários na situação de pobreza das pessoas, mas para a superação da condição de pobreza é necessário que os indivíduos desenvolvam outras competências e aspectos, além dos monetários (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

O debate sobre pobreza esteve por muito tempo voltado apenas a dimensões como renda, consumo, e veio sendo tratado como um fenômeno universal para todos, alienando questões de gênero, por exemplo. A pobreza atinge em diferentes graus homens e mulheres. Neste sentido, Chant (2006) caracteriza a pobreza como sendo predominantemente feminina, visto que as mulheres enfrentam dificuldades em entrar no mercado de trabalho, submetendo-se a trabalhos informais e subempregos. Além do mais, a histórica divisão sexual do trabalho sobrecarrega a mulher com serviços domésticos. Neste contexto, a mulher é exposta a diversas situações que contribuem para a pobreza ter cada vez mais uma face feminina.

Quando se procura entender os motivos pelos quais se verifica uma maior situação de pobreza feminina em relação à masculina, há um impulso a visualizar a falta de capacidade das mulheres como provedora de recursos econômicos para o seu sustento e, em muitos casos, de

seus filhos. Porém, é necessário analisar todo o conjunto das condições socioeconômicas que envolve a realidade das mulheres para assim compreender as diferentes razões no intuito de contribuir no desenvolvimento de meios para a superação da pobreza feminina. Neste sentido, argumenta-se: Em que medida as condições socioeconômicas às quais as mulheres estão submetidas no Brasil, impactam na sua situação de pobreza?

A temática deste estudo preocupa-se com o entendimento do fenômeno da pobreza feminina sob múltiplas dimensões e que extrapolem o aspecto econômico. Para tal propósito, o método Alkire-Foster é utilizado nesta análise, pois é pautado nos ideais senianos de expansão das liberdades e capacitações humanas, permitindo uma análise mais ampla do fenômeno.

Este artigo está subdividido em quatro partes, além desta seção introdutória. A primeira é uma revisão teórica sobre pobreza multidimensional e feminização da pobreza. A segunda explica passo a passo do desenvolvimento do método Alkire-Foster. Em seguida há a seção onde são apresentados os resultados e discussões. E por último, têm-se as considerações finais desta pesquisa.

3.2 REFERENCIAL TEÓRICO

3.2.1 Abordagens teóricas acerca da pobreza multidimensional

O fenômeno da pobreza pode ser analisado sob diferentes óticas. Codes (2008) destaca algumas das principais perspectivas consideradas neste debate, a saber: a abordagem da subsistência, a abordagem das necessidades básicas e a abordagem das privações relativas. A pobreza definida pela subsistência está relacionada à questão nutricional, ao suprimento físico do ser humano, estando ligada à pobreza em seu sentido absoluto, referente à cesta básica de alimentos necessária para a sobrevivência física. A perspectiva das necessidades básicas, vai além do aspecto nutricional e financeiro, pois além do acesso à alimentação, engloba o acesso a bens e serviços, como roupas, saúde, educação, transporte, entre outros. Já a abordagem de pobreza associada às privações relativas, expande sua análise do fenômeno para o âmbito social, levando em consideração o contexto social que os indivíduos estão inseridos, como ocorrem as relações, participações, relacionamentos e comportamentos sociais (CODES, 2008).

A pobreza está relacionada, dentre outros aspectos, às condições mínimas que os seres humanos necessitam para viver com dignidade. Logo, a pobreza seria privar o indivíduo destas condições. Mas quais seriam essas condições mínimas necessárias? No Brasil, ainda persistem algumas abordagens de pobreza pautada na visão neoclássica, cuja pressupõe a maximização

da utilidade. Dentre as abordagens mais tradicionais sobre a pobreza estão a que realizam enfoque sobre a renda do indivíduo, pois é a partir desta que o indivíduo poderá consumir e, assim, satisfazer suas necessidades. Este tipo de perspectiva de identificação de pobres e não pobres é entendida como uma análise unidimensional. Contudo, este tipo de análise não contempla a grandeza do fenômeno da pobreza e suas várias dimensões que impedem a expansão das capacitações e liberdades individuais (LACERDA, 2012).

Neste sentido, Azeredo (2010) defende que uma análise da pobreza pautada apenas no plano econômico aliena questões subjetivas e qualitativas que são importantes para que a condição de pobreza dos indivíduos seja superada. Logo, uma análise que incida além das privações materiais enriquece o efetivo delineamento da parcela da população que está mais vulnerável e possui mais riscos sociais. Nesta acepção, a autora diferencia a pobreza absoluta da pobreza relativa, na seguinte perspectiva:

[...] por pobreza absoluta entende-se o não acesso a mínimos necessários a sobrevivência física, enquanto na pobreza relativa isso é garantido, porém em patamares insuficientes, inscrevendo os sujeitos, em condições de vulnerabilidade e riscos sociais (AZEREDO, 2010, p. 578).

Segundo Souza (2013), Amartya Sen trouxe um novo modo de analisar o fenômeno da pobreza, que estaria associada a vários tipos de privações de capacitações que a pessoas possam estar expostas. Nesse sentido, a perspectiva utilizada por Amartya Sen para o entendimento da pobreza vai além da dimensão econômica (renda), abrangendo demais fatores, permitindo a interpretação multidimensional da pobreza.

Com a difusão da perspectiva de análise elaborada por Amartya Sen, o relatório do Banco Mundial dos anos de 2000/2001 apresentou uma nova proposta no discernimento de pobre e não pobres para a elaboração de políticas voltadas ao combate da pobreza. Assim, passa-se a assumir o fenômeno da pobreza como um evento multidimensional, que abrange tanto a esfera econômica, quanto as esferas sociais e políticas, incidindo nas privações das capacitações dos indivíduos (SOUZA, 2013).

Nesse sentido, Narayan (2000) traz algumas reflexões sobre a pobreza, corroborando com a ideia deste fenômeno como multidimensional. A autora acredita que a condição de pobreza dos indivíduos depende de vários fatores, como por exemplo, idade, cultura, gênero, bem como inúmeros outros contextos culturais, sociais e econômicos. A pobreza também pode ser interpretada à luz do suprimento das necessidades básicas dos indivíduos que impossibilitam o bem-estar, pois provocam privações físicas, como a fome, falta de moradia, entre outras.

Narayan (2000) ainda explana sobre o viés psicológico da pobreza, aspecto este que incide na incapacidade de ter voz ativa e independência perante as situações de exploração e vulnerabilidade.

Sen (2012) defende a perspectiva de desenvolvimento que contrasta com as visões de desenvolvimento associadas ao crescimento econômico (pautada no aumento do Produto Nacional Bruto (PNB)), bem como com análises focadas na renda, industrialização, consumo, avanços tecnológicos, entre outros. Amartya Sen ampara o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades humanas reais. Contudo, o autor não exclui a importância do aumento do PNB e das rendas individuais, mas estes não seriam determinantes do desenvolvimento, e sim meios para que as pessoas possam expandir suas liberdades. As liberdades são determinadas por vários fatores além do econômico, como o acesso aos serviços de saúde, educação e participação nas tomadas de decisões na sociedade (direitos civis).

Nesse sentido, Sen (2010) aponta que para o processo de desenvolvimento ser efetivo, é necessário combater o que ele chama de fontes de privações de liberdade:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistêmica, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2010, p. 16).

Sen (2010) elenca alguns tipos de liberdades instrumentais que são importantes para aumentar a capacidade de liberdade das pessoas e acrescenta que a eficácia das liberdades instrumentais está nas inter-relações entre elas. São elas: as liberdades políticas, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora.

As liberdades políticas refletem nas oportunidades que os indivíduos têm de participar das decisões no meio em que si encontra, ou seja, engloba direitos civis e liberdade de expressão. As facilidades econômicas estão relacionadas à possibilidade de utilização de recursos econômicos. As oportunidades sociais atuam na expansão das liberdades substantivas das pessoas, ou seja, que incidam nas necessidades básicas, como saúde, alimentação e educação. As garantias de transparência partem do princípio que a sociedade deve funcionar pautada na confiança, com o exercício da liberdade permeado pela sinceridade nas relações, ou seja, atuam no combate de transações ilícitas, irresponsabilidade financeira e corrupção. Enfim, a segurança protetora é indispensável para evitar que a miséria se instale, ou seja, deve assegurar uma segurança social por meio de benefícios sociais aos necessitados (SEN, 2010).

A abordagem das capacitações distancia-se da visão utilitarista, pois engloba outros fatores importantes na análise de desenvolvimento e superação da pobreza. Nessa abordagem,

o foco se redireciona da renda e do acesso aos bens primários para uma análise pautada na em funcionamentos e capacitações dos indivíduos. Os funcionamentos representam tudo o que os indivíduos consideram como valiosos e almejam ter ou fazer. Esses funcionamentos podem variar desde desejos elementares, como está bem nutrido, ter uma boa saúde, até questões mais profundas, como participação política, ser feliz, entre outras. Já as capacidades do indivíduo seriam as diversas combinações possíveis de funcionamentos que possam ser alcançados, ou seja, a capacidade é a liberdade que as pessoas têm de realizar os funcionamentos (SEN, 2012).

Na abordagem das capacitações, contrastando com a abordagem tradicional que colocam bem-estar e desenvolvimento relacionados substancialmente à renda, o bem-estar aqui se refere à liberdade de fazer suas escolhas. Sen (2012, p.143) enfatiza que “se nossa preocupação é com a igualdade de liberdade, não é mais adequado exigir a igualdade de seus meios do que buscar a igualdade de seus resultados. A liberdade se relaciona com ambos, mas não coincide com nenhum”. Nessa perspectiva, o desenvolvimento como liberdade prevê igualdade de oportunidades para que todos os indivíduos tenham liberdade para fazerem as escolhas que são mais valorosas a eles e, assim, consigam alcançar o seu bem-estar.

Sen (2012) critica o modo como as necessidades humanas são homogeneizadas, sem levar em conta as especificidades humanas, das fisiológicas até as sociais. Segundo o autor, os seres humanos não se diferem apenas pela riqueza que possuem, mas por uma série de traços individuais, como habilidades, etnias, contexto social, gênero, entre outros. Analisar a pobreza é complexo e requer dar a devida atenção aos grupos mais afetados, entre eles, notadamente, as mulheres.

Durante muito tempo, conceitualmente e cientificamente, pobreza e gênero foram tratados de forma independente. Porém para traçar estratégias de superação da pobreza não se pode alienar a questão do gênero, em que as mulheres se encontram mais vulneráveis aos efeitos deste fenômeno, evidenciando o processo de “feminização da pobreza”.

3.2.2 Feminização da pobreza: Panorama da pobreza feminina no Brasil

A inserção do conceito “feminização da pobreza” no debate do fenômeno da pobreza foi evidenciada em 1978, por Diane Pearce. A autora relacionou a pobreza feminina ao aumento do número de mulheres chefes de família, ou seja, os agravantes econômicos, sociais e políticos que culminam na condição de privação de mulheres que, por muitas vezes, são únicas provedoras de suas casas (NOVELLINO, 2016).

Nesse sentido, a partir dos anos 1980, alguns grupos do movimento feminista passaram a analisar a pobreza pela perspectiva de gênero, visto que o fenômeno da pobreza apresenta uma série de peculiaridades que afeta mais intensamente as mulheres do que os homens. Estudos evidenciaram que as mulheres sofriam mais com a pobreza extrema e que esta situação tendia a se agravar devido ao aumento de mulheres chefes de família. Logo, este conjunto de especificidades do fenômeno da pobreza que acometem mais profundamente as mulheres foi denominado de feminização da pobreza (CEPAL, 2004).

Os dados mundiais revelam que mais de 70% da população mundial que se encontra em condição de pobreza são do sexo feminino. Em pesquisa realizada por Raiher (2016), os resultados obtidos mostraram que os domicílios chefiados por mulheres apresentam condição de pobreza superior aos domicílios chefiados por homens, 24,3% e 21,6%, respectivamente. Daí segue que a pobreza afeta diferentemente homens e mulheres.

Cabe mencionar que a divisão sexual do trabalho, ao atribuir a esfera privada às mulheres, acentuou as desigualdades de oportunidades referente ao gênero, tanto nas questões materiais e financeiras, quanto nas questões políticas e sociais (CEPAL, 2004). A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2006) aponta que as mulheres enfrentam desvantagens relacionadas ao gênero que as tornam mais suscetíveis à pobreza e vulnerabilidades sociais. Devido à preponderância do gênero masculino e a divisão sexual do trabalho enraizadas nas sociedades que refletem na forma agressiva como a pobreza incide sobre as mulheres. Por esta razão, homens e mulheres não têm iguais possibilidades e oportunidades nos mais diversos segmentos, seja no mercado de trabalho, nas representações políticas ou, até mesmo, no próprio meio familiar.

No Brasil, segundo o censo de 2000, 25% dos domicílios tinham mulheres como chefes da família. Dez anos depois, essa fração já era de 38% e, na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 2013, representavam 39% dos domicílios chefiados por mulheres. Observa-se a tendência aos responsáveis pelos domicílios cada vez mais serem mulheres. Apontam-se dois motivos que contribuem para a elevação da pobreza feminina e a sua relação com o aumento de mulheres chefes de família. Primeiramente, pelo fato de elas acabarem tornando-se as únicas responsáveis financeiras da família e, em segundo, por elas receberem remunerações inferiores aos homens. Com isso, cada vez mais a pobreza assume a face feminina (RAIHER, 2016).

Segundo dados do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, o índice de feminidade da pobreza⁶ brasileiro no ano de 2018 foi 111,9. Isto significa que a existência de 100 homens em situação de pobreza equivale, simultaneamente, a 111,9 mulheres que estão nesta mesma situação de pobreza no Brasil. Este dado reflete que as mulheres brasileiras estão mais vulneráveis à pobreza que os homens (CEPAL, 2018).

Conforme dados da PNAD do ano de 2005, os domicílios chefiados por mulheres tiveram aumento de 35% entre 1995 e 2005. Este aumento impactou no aumento da pobreza e da segregação social. Silveira e Silva (2013) apontam a maternidade e a necessidade de se inserem no mercado de trabalho como motivos que contribuem para a pobreza relacionada às mulheres que chefiam famílias. Isso ocorre pelo fato de que as mulheres se vêem como únicas provedoras e responsáveis pelos filhos, logo acabam por se submeter a subempregos, pois sozinhas precisam prover financeiramente suas famílias. As autoras acrescem que a feminização da pobreza se entrelaça com questões que vão além do gênero, como questões raciais e sociais que impedem que elas desenvolvam suas capacidades (SILVEIRA; SILVA, 2013).

O aumento de domicílios chefiados por mulheres pode ser explicado por diversos fatores, como as mudanças nas estruturas familiares, o empoderamento social e político das mulheres, bem como sua maior inserção no mercado de trabalho e ao aumento no número de divórcios. Nesse sentido, a independência feminina e a função de provedoras financeiras de suas famílias refletiram também no aparecimento de mais dificuldades para administrarem seus lares sozinhos, devido ao próprio preconceito enraizado na sociedade de que as mulheres são menos capazes (SILVEIRA; SILVA, 2013).

A OIT (2006) realizou estudos relacionando gênero à vulnerabilidade dos indivíduos, bem como indicativos para a sua superação. Para a organização, os principais determinantes de gênero na pobreza feminina são: a desvalorização dos trabalhos realizados pelas mulheres, a dificuldade de inserção da mulher no mercado de trabalho, a desigualdade relacionada à participação nas tomadas de decisão e a falta de acesso das mulheres aos recursos produtivos. Novellino (2016) elenca algumas evidências que relacionam o processo de feminização da pobreza à forma de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Em primeiro lugar, observa-se que há mais mulheres em postos de trabalhos temporários ou trabalhando em período parcial. Por conseguinte, nota-se uma discriminação salarial relacionada ao gênero, lesando as

⁶ O índice de feminidade da pobreza expressa a defasagem da ocorrência da indigência entre homens e mulheres de idades entre 20 e 59 anos. A indigência equivale a renda per capita necessária para que o indivíduo possa suprir suas necessidades nutricionais básicas, adquirindo uma cesta de alimentos (CEPAL, 2018).

mulheres. Ainda, evidencia-se maior concentração de mulheres trabalhando em atividades menos qualificadas e, conseqüentemente, com menores remunerações. Em vista disso, a autora alega que os estudos sobre a feminização da pobreza precisam incluir, também, análises sobre o mercado de trabalho feminino.

A institucionalização da discriminação de gênero no mercado de trabalho intensifica a incidência da pobreza sobre as mulheres. A responsabilização feminina aos afazeres domésticos promove a redução da possibilidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho, pois estas acabam dispondo de menos tempo para investir em sua formação e qualificação profissional, bem como para realizarem trabalhos extra domésticos de modo efetivo. Diante disto, as mulheres formam um grupo diferenciado entre os pobres, pois apresentam ou renda menor ou uma dependência econômica dos maridos e companheiros, evidenciando assim, a ocorrência da pobreza de forma mais ríspida sobre as mulheres (OIT, 2006).

Chant (2006) reitera que, pelo prisma do gênero, a mensuração e o entendimento da pobreza não é satisfeito apenas pela ótica da renda familiar, por exemplo, pois a feminização da pobreza não se reduz apenas à falta de renda. A autora acresce que para uma melhor compreensão do empobrecimento da parcela feminina da sociedade é necessária uma análise dos aspectos multidimensionais, incluindo a expansão das capacitações, o acesso aos meios de subsistência, subjetividades, aspectos relacionados às vulnerabilidades de gênero e exclusão social, entre outros.

Neste contexto em que as mulheres se encontram mais expostas aos efeitos do fenômeno da pobreza, a presente investigação empenha-se em realizar uma abordagem multidimensional do fenômeno da pobreza sobre as mulheres no Brasil. Posteriormente, demonstra-se o detalhamento da metodologia adotada para tal análise.

3.3 METODOLOGIA

O instrumental adotado no estudo é o método elaborado por Alkire e Foster (AF), o qual permite o cálculo do índice de pobreza multidimensional, englobando várias dimensões da vida das pessoas. O desenvolvimento desse método foi pautado na Abordagem das Capacitações de Amartya Sen, em que o bem-estar das pessoas vai além do viés econômico, abrangendo outros indicadores. Portanto, trata-se de uma análise multidimensional da condição de pobreza feminina no Brasil.

Para uma análise multidimensional, Alkire e Foster (2011) preconizam um método de mensurar a pobreza que pode ser, de uma forma mais geral, fragmentada em dois passos

maiores. Primeiramente, é necessário identificar quais são os indivíduos que são pobres e os que não são e, posteriormente, agregar em um índice todos os dados referentes aos indivíduos que foram identificados como pobres. Neste método, são realizadas duas linhas de corte para que sejam identificadas as pessoas que são pobres multidimensionais. A primeira linha consiste no corte realizado em cada indicador da análise, ou seja, a definição para quando o indivíduo será ou não privado em determinado indicador. Já o segundo corte está relacionado à quantidade de indicadores que o indivíduo precisa sofrer privação para ser considerado multidimensionalmente pobre.

Para realizar a análise multidimensional da pobreza para Alkire-Foster (2011), faz-se necessário percorrer doze passos, explanados a seguir:

1. Escolher a unidade de análise (indivíduo, domicílio, bairro, etc.): Neste estudo, as mulheres brasileiras são tratadas como unidade de análise;
2. Selecionar as dimensões a serem consideradas: A pesquisa trabalha com três dimensões, a saber, “Educação e Trabalho”, “Saúde e Lazer” e “Condições de moradia”;
3. Definir os indicadores que serão englobados em cada uma das dimensões do segundo passo: Neste estudo, ter-se 18 indicadores que estão detalhados no quadro 1;
4. Delinear a primeira linha de pobreza: Definir quando os indivíduos serão privados ou não em cada um dos indicadores. Esta especificação também é apresentada no quadro 1;
5. Executar o passo 4: Identificar, a partir dos critérios da primeira linha de corte, quais indivíduos são privados (P) e quais indivíduos não são privados (NP) em cada indicador;
6. Verificar a quantidade de indicadores que o indivíduo sofre privações;
7. Determinar a segunda linha de pobreza (k): Nessa etapa é definido em quantos indicadores e dimensões os indivíduos precisam sofrer privações para serem considerados multimensionalmente pobres. No caso desse estudo, seguindo o normalmente utilizado no método AF, definiu- como a segunda linha de corte a privação em 1/3 ou mais dos indicadores. Sendo assim, a mulher que for privada em 6 ou mais indicadores será considerada multidimensionalmente pobre;
8. Executar o corte da linha de pobreza k: Alcançar os indivíduos que são considerados pobres e omitir os que não são multidimensionalmente pobres, atribuindo zero aos indicadores e dimensões dos indivíduos não pobres;

9. Calcular a incidência da pobreza (H): A parcela da população multidimensionalmente pobre, definida pela linha de pobreza k, sobre o total de indivíduos estudados (n):

$$H = \frac{q}{n} \quad (1)$$

10. Medir o hiato de pobreza média (A): Número médio de privações que o indivíduo multidimensionalmente pobre sofre, ou seja, demonstra a quantidade relativa de privações que os indivíduos pobres sofrem ao mesmo tempo. É obtido a partir da soma das privações de todas as pessoas pobres e, posteriormente, faz-se a divisão pela quantidade total de pobres multidimensionais:

$$A = \frac{C(k)}{q} \quad (2)$$

11. Calcular a incidência ajustada (Mo): Variação de 0 a 1. Quanto mais próximo o resultado for de 1, mais forte é a incidência da pobreza. O cálculo se dá pela multiplicação da incidência da pobreza (H) pelo hiato de pobreza média (A):

$$Mo = A \times H \quad (3)$$

12. Segmentação por indicadores, para saber qual o impacto de cada indicador na pobreza total das mulheres.

Como dito anteriormente, para esta análise os indicadores são agrupados em três dimensões. A primeira engloba indicadores referentes à educação e trabalho, a segunda à saúde e lazer e a terceira e última às condições de moradia. No quadro 1, especificam-se as dimensões, os indicadores e o critério a ser utilizado em cada indicador para que os indivíduos sejam considerados privados. Por conseguinte, a mulher que for considerada privada em um terço dos indicadores - no caso, em seis indicadores - será considerada pobre multidimensionalmente.

Quadro 1- Dimensões, indicadores e critério para a privação no método AF.

Dimensão	Indicador	Quem é privado?
Educação e Trabalho	1. Anos de Estudo	Mulher que não tenha completado 11 anos de escolaridade.
	2. Horas Trabalhadas	Mulher que trabalha 45 horas ou mais por semana.
	3. Trabalho Doméstico	Mulher que dedica mais de 16 horas por semana aos afazeres domésticos.
	4. Previdência	Mulher que não é contribuinte.
	5. Trabalho Formal	Mulher que não possui carteira assinada.
	6. Trânsito	Mulher que demora mais de uma hora no trânsito.
Saúde e Lazer	7. Mortalidade Infantil	Mulher que teve algum filho, com 7 meses ou mais de gestação, que nasceu morto.
	8. Atividade Física	Mulher que não praticou esporte no último ano.
	9. Forma de Escoadouro	Domicílios que não possuam rede coletora de esgoto ou pluvial, ou uma fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial.
	10. Água Canalizada	Domicílio que tenha não tenha água canalizada em pelo menos um cômodo.
	11. Tratamento de Lixo	Domicílio onde o lixo não é coletado diretamente ou indiretamente.
Condições de Moradia	12. Máquina de Lavar	Domicílio que não possui máquina de lavar roupas
	13. Material da Casa (Paredes)	Domicílio que não tenha construção de alvenaria ou madeira aparelhada.
	14. Internet	Mulher que não utilizou a internet nos últimos três meses.
	15. Geladeira	Domicílio que não tem geladeira
	16. Telefone Móvel	Mulher que não possui telefone móvel para uso pessoal.
	17. Combustível de cozinha	Domicílio que não tem como combustível de fogão gás de botijão, gás canalizado ou energia elétrica.
	18. Tipo de Iluminação	Domicílios que não possuem energia elétrica (de rede, gerador, solar)

Fonte: Elaborado com base em pesquisa bibliográfica (2020).

A dimensão “*Educação e Trabalho*” engloba os indicadores *Anos de Estudo*, *Horas Trabalhadas*, *Trabalho Doméstico*, *Previdência*, *Trabalho Formal* e *Trânsito*. No indicador *Anos de Estudo*, é considerada privada a mulher que não completar 11 anos de estudo, esperando-se que acima de 11 anos tenha o ensino médio completo⁷.

Quanto às *Horas Trabalhadas*, é considerada privada no indicador a mulher que trabalha mais de 45 horas ou mais⁸ por semana. A mulher que se dedica mais de 16 horas por semana aos afazeres domésticos é considerada privada no indicador *Trabalho Doméstico*, visto que a

⁷ Refere-se ao indivíduo que estudou, pelo menos, da primeira série do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio (TOLEDO; RODIGUES, 2020).

⁸ Privação baseada nos estudos de Ferreira e Marin (2016) e Brites et al. (2017).

média nacional é de 15,27 horas semanais (PNAD, 2015).

No que tange ao indicador *Previdência*, a mulher que não é contribuinte para instituto de previdência no trabalho principal é considerada privada. Na mesma lógica, no indicador *Trabalho Formal*, a mulher que não tem carteira de trabalho assinada no trabalho principal é considerada privada no indicador. E a mulher que tem o tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho superior a uma hora é considerada privada no indicador *Trânsito*.

Os indicadores *Mortalidade Infantil*, *Atividade Física*, *Forma de Escoadouro*, *Água Canalizada* e *Tratamento de Lixo* compõem a dimensão “*Saúde e Lazer*”. No indicador *Mortalidade Infantil* é considerada privada a mulher que teve algum filho, com 7 meses ou mais de gestação, que nasceu morto até o dia em que foi coletado o dado pela PNAD. Em relação ao indicador *Atividade Física* é considerada privada a mulher que não praticou algum esporte (fora do horário de trabalho e de educação física na escola) no último ano. No que se refere ao indicador *Forma de Escoadouro* é considerada privada a mulher que reside em domicílios que não possuam rede coletora de esgoto ou pluvial, ou uma fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial (fossa rudimentar, vala, direto para o rio, lago ou mar, entre outros). Em relação ao indicador *Água Canalizada* é considerada privada a mulher que não possui água canalizada em pelo menos um cômodo do domicílio. É considerada privada no indicador *Tratamento de Lixo* a mulher que reside em domicílio onde o lixo não é coletado, diretamente ou indiretamente (queimado, jogado em terreno baldio, rio, lago, entre outros).

A terceira e última dimensão a compor esta análise é a dimensão “*Condições de Moradia*”, a qual abrange os indicadores: *Máquina de Lavar*, *Material da Casa (Paredes)*, *Internet*, *Geladeira*, *Telefone Móvel*, *Combustível de Cozinha* e *Tipo de Iluminação*. No indicador *Máquina de Lavar* é considerada privada a mulher que residir em domicílio que não tem máquina de lavar roupas. Quanto ao indicador *Material da Casa (Paredes)*, a mulher é considerada privada quando reside em domicílio cujo material predominante na construção das paredes externas do prédio não seja de alvenaria ou madeira aparelhada⁹ (taipa não revertida, madeira aproveitadas, palha, outro material). A mulher que não utilizou internet nos últimos três meses é considerada privada no indicador *Internet*. Em sequência, no indicador *Geladeira* é considerada privada a mulher que não possui geladeira no domicílio que reside. Quanto ao indicador *Telefone Móvel* é considerada privada a mulher que não possui telefone móvel para uso pessoal. Por conseguinte, no indicador *Combustível de Cozinha* a mulher é considerada

⁹ Privação baseada nos estudos de Ferreira e Marin (2016) e Brites et al. (2017).

privada quando reside em domicílio que não tem como combustível de fogão gás de botijão, gás canalizado ou energia elétrica. Por fim, em relação ao indicador *Tipo de Iluminação* é considerada privada a mulher que reside em domicílio que não possuem energia elétrica (de rede, gerador, solar).

Todas estas dimensões, indicadores e critérios de privações foram aplicados a 183.681 mulheres no Brasil, sendo 19.012 mulheres na região Centro-Oeste, 28.033 mulheres na região Sul, 28.520 mulheres na região Norte, 54.768 na região Sudeste e 53.348 na região Nordeste. Na seção a seguir são explanados os resultados obtidos neste estudo.

3.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a aplicação de todos os passos da metodologia descrita na seção anterior, obtemos ao final a incidência da pobreza (H), o hiato de pobreza média (A) e a incidência da pobreza ajustada (Mo), cuja análise incidirá predominantemente sobre estes resultados. Em estudo de Serra, Yalonetzky e Belik (2017), de acordo com as dimensões e indicadores selecionados pelos autores, evidenciou-se que 12,7% da população do Brasil era multidimensionalmente pobre em 2010. Posteriormente, Toledo e Rodrigues (2020), concluíram em sua pesquisa que, em 2014, o Brasil tinha uma proporção de 15,3% de pessoas multidimensionalmente pobres no país. Neste sentido, a presente pesquisa, a partir do cálculo da incidência da pobreza (H) revela que 13,63% das mulheres brasileiras analisadas foram consideradas multidimensionalmente pobres em 2015.

Sabe-se que o A representa o hiato de pobreza média, ou seja, reflete a intensidade da pobreza, mostrando em quantos indicadores em média os pobres são privados. Sendo assim, no Brasil as mulheres consideradas multidimensionalmente pobres são privadas, em média, em 38,96% dos indicadores analisados. Ao analisar o hiato da pobreza em estudo desenvolvido por Ferreira e Marin (2016), as autoras concluíram que tanto no ano de 2001 quanto ano de 2011, as mulheres consideradas multidimensionalmente pobres eram privadas, em média, em 40% dos indicadores que as autoras escolheram para a análise. Por esse ângulo, pode-se observar, no presente estudo, que em 2015 evidencia-se uma redução no hiato da pobreza média feminina ao compararmos com estudos em anos anteriores.

Após aplicação do método Alkire-Foster, o nível de pobreza multidimensional é indicado por Mo, representando a proporção de privações que as mulheres pobres sofrem em a relação à privação máxima que a população poderia enfrentar. Nesse sentido, no Brasil, a

proporção de privações que as mulheres pobres sofrem representa 5,3% da privação máxima que poderiam sofrer no ano de 2015.

Como expresso na tabela 1, a porcentagem de pobres da região Sudeste apresenta a menor dentre as diferentes regiões do país, com 6,17% das mulheres analisadas consideradas multidimensionalmente pobres, seguida da região sul com porcentagem de 6,9% e a Região Centro-Oeste com 8,6% de mulheres pobres. Em contrapartida, a região Nordeste foi a região com a maior incidência da pobreza, com 22,37% das mulheres analisadas consideradas multidimensionalmente pobres e, em seguida, a região Norte com percentual de 21,49% de mulheres pobres.

Tabela 1 - Resultados do Método AF por regiões

	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste
H	0,0617487	0,069632	0,086524	0,214972	0,223757
A	0,375575	0,372752	0,371327	0,396238	0,395763
Mo	0,023179	0,025956	0,032129	0,085180	0,088555

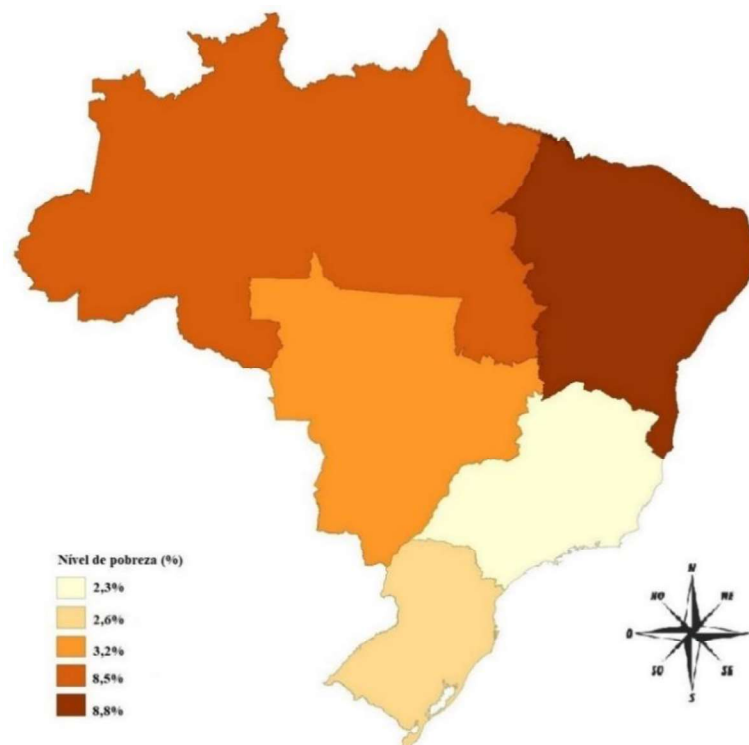
Fonte: Elaborado com base na PNAD (2015).

Na pesquisa de Ferreira e Marin (2016), as autoras realizaram uma análise comparativa da evolução da pobreza multidimensional feminina no Brasil entre os anos de 2001 e 2011, apontando as regiões com maior proporção de mulheres multidimensionalmente pobres para os dois anos. No ano de 2001, a região que tinha a maior parcela de mulheres pobres era a Nordeste, já em 2011, a região com porção maior de mulheres pobres era a região Norte. Logo depois, o estudo de Brites et al. (2017) analisou as mesmas dimensões e indicadores de Ferreira e Marin (2016) para a pobreza multidimensional feminina no Brasil em 2012 e concluiu que a região Sul era a que apresentava a menor proporção de mulheres pobres, em contraponto à região Norte que era a que tinha a maior parcela de mulheres multidimensionalmente pobres. E em 2015, no presente estudo, a região Nordeste é que apresenta uma parcela maior de mulheres pobres e, a região Sudeste a que apresenta a menor proporção. Dito isto, podemos perceber que ao longo dos anos as regiões com maior proporção de mulheres pobres alternam-se entre as regiões Norte e Nordeste e, em contrapartida a região Sul e Sudeste oscilam como as regiões com menor proporção de mulheres pobres multidimensionais no Brasil.

Ao analisar o hiato de pobreza média, observa-se que as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste se comportam de modo similar. Nestas regiões, as mulheres consideradas pobres multidimensionalmente são privadas em média em 37% dos indicadores analisados. Já as regiões Norte e Nordeste apresentam intensidade de pobreza um pouco maior, sendo as mulheres pobres dessas regiões privadas em média em 39% dos indicadores que poderiam ser privadas. Observa-se que, quanto ao hiato de pobreza média, não há uma oscilação tão grande nos indicadores estimados para as diferentes regiões, logo as mulheres consideradas pobres multidimensionais aproximam-se quanto às privações médias sofridas. Ferreira e Marin (2016) revelaram em seu estudo que, no ano de 2011, a região Norte era a que registrava o maior hiato de pobreza média (A) para as mulheres no Brasil, convergindo com o resultado obtido na presente pesquisa.

Como é possível perceber a partir da figura 1, a região com o maior nível de pobreza é a região Nordeste, onde a proporção de privações que a mulheres multidimensionalmente pobres sofrem representa 8,8% da privação máxima que elas poderiam sofrer.

Figura 1- Nível de pobreza multidimensional (Mo) feminina por regiões brasileiras (2015)

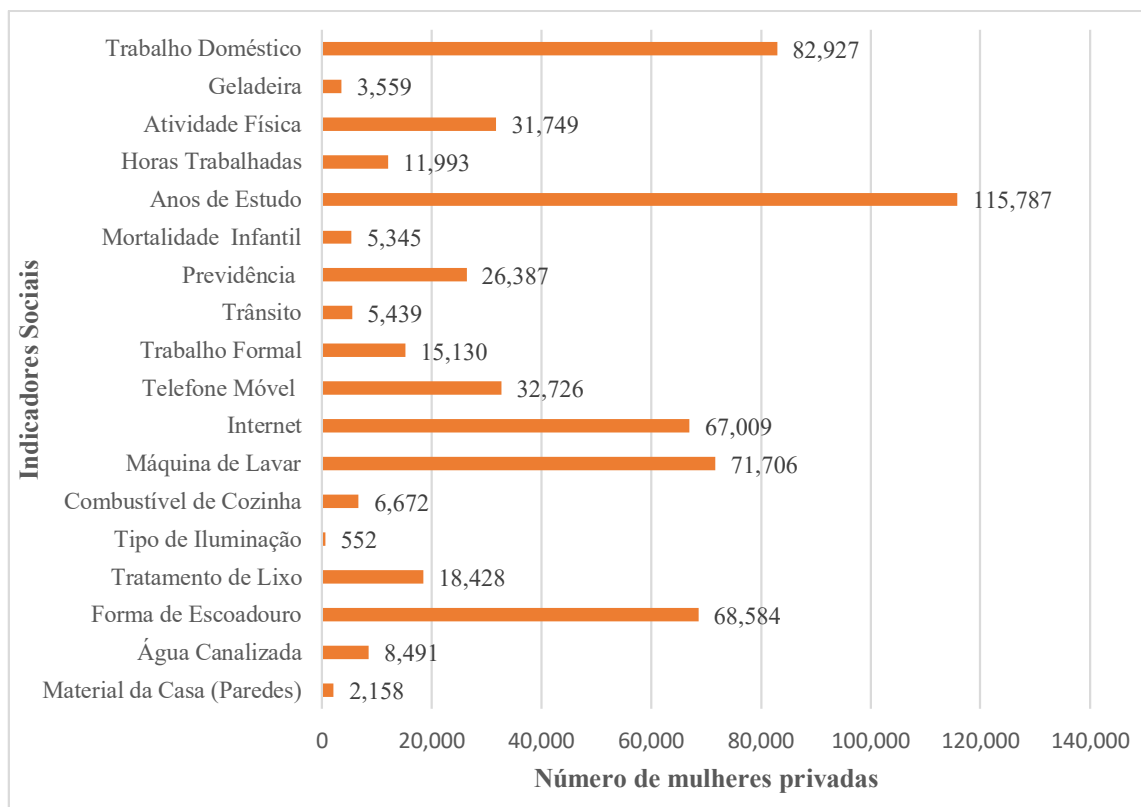


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da PNAD (2015).

Nesta lógica, a região Sudeste apresenta o menor nível de pobreza, de 2,3%, seguido da região Sul e Centro Oeste, com níveis de pobreza de 2,6% e 3,2%, respectivamente. A região Norte é a região que apresenta o segundo maior nível de pobreza multidimensional feminina, com 8,5%. Vale citar os resultados de Toledo e Rodrigues (2020), que concluíram que a região com maior nível de pobreza multidimensional era a região Norte, seguida pela região Nordeste e, assim como nos nossos resultados, a região com menor nível de pobreza multidimensional foi a região Sudeste.

Ao observar a figura 2, percebe-se que o indicador em que as mulheres são mais privadas no Brasil são os *Anos de Estudo*, sendo que 63% das mulheres analisadas são privadas neste indicador. Em sequência, tem-se o *Trabalho Doméstico* como o segundo indicador que as mulheres mais sofrem privações, abrangendo 45% das mulheres analisadas. *Máquina de Lavar* roupas ocupa o terceiro indicador que as mulheres mais sofrem privações, com 39% das analisadas privadas. E, por fim, *Forma de Escoadouro* e *Internet* são os outros dois indicadores em que as mulheres mais sofrem privações no Brasil, com 37,3% e 36,5%, respectivamente.

Figura 2- Número de mulheres brasileiras que sofrem privações por indicador, em 2015.



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da PNAD (2015).

Por sua vez, o *Tipo de Iluminação*, que se refere ao acesso à energia elétrica, é o indicador que as mulheres são menos privadas, tendo apenas 0,3% das mulheres analisadas com privação neste indicador. O *Tipo de Iluminação* segue sendo o indicador com menor privações por regiões, tendo a região Sul como a menos privada nesse indicador, com somente 0,014% de mulheres privadas. No estudo comparativo realizado por Serra, Yalonetzky e Belik (2017) sobre a pobreza multidimensional no Brasil nos anos de 2000 e 2010, evidenciou-se que a privação no acesso à energia elétrica reduziu de 14% em 2000 para 4% em 2011. Estes resultados evidenciam o êxito de políticas públicas universais relacionadas à expansão do acesso à energia elétrica no Brasil, principalmente nas áreas rurais do país.

A pequena quantidade de mulheres privadas no acesso à iluminação pode estar relacionada ao programa “*Luz para todos*” do Governo Federal, que foi implementado em 2003 visando a universalização do acesso e uso da energia elétrica no Brasil. Em 2018, o programa já tinha beneficiado 3.405.169 de famílias, aproximadamente 16,2 milhões de pessoas em todo país (BRASIL, 2018). O aumento ao acesso à energia elétrica incide em diversos aspectos na vida das pessoas, Serra, Yalonetzky e Belik (2017) ressaltam que:

Mais do que o conforto no domicílio, em função da iluminação e do uso de bens duráveis, o acesso à energia possibilita melhores condições de saneamento, como a instalação de bomba em poço, com canalização de água no domicílio. Além dos benefícios diretos do atendimento residencial, o atendimento a escolas rurais, que está entre as prioridades do programa, favorece a ampliação do acesso à educação, inclusive permitindo o funcionamento das escolas no período noturno, direcionado à população adulta (SERRA; YALONETZKY; BELIK, 2017, p. 11).

O segundo indicador que as mulheres são menos privadas é no *Material da Casa (Paredes)*, em que apenas 1,2% das mulheres analisadas são privadas. Eventualmente, este resultado pode estar associado ao programa de habitação federal do Brasil criado no governo Lula em 2009, o mais conhecido como “*Programa Minha, Minha Vida*”. Este programa do governo federal, em parceria com a Caixa Econômica Federal, facilitou o acesso à moradia, a partir de subsídios para a construção destas habitações. Desde sua criação até o começo de 2018 foram entregues mais de quatro milhões de unidades habitacionais (BRASIL, 2019). Os outros três indicadores nos quais as mulheres apresentaram grau baixo de privação são: o acesso à *Geladeira*, com 1,9%; o *Trânsito* enfrentado de casa até o trabalho, com 3% e; o acesso *Água Canalizada*, com 4,6% das mulheres privadas.

Na figura 3, tem-se as privações por indicador com o recorte por regiões brasileiras. Na região Sudeste, os indicadores que as mulheres mais sofrem privações são os *Anos de Estudo* (59%), o tempo despendido com *Trabalho Doméstico* (44,6%), o acesso à *Internet* (31,4%), a

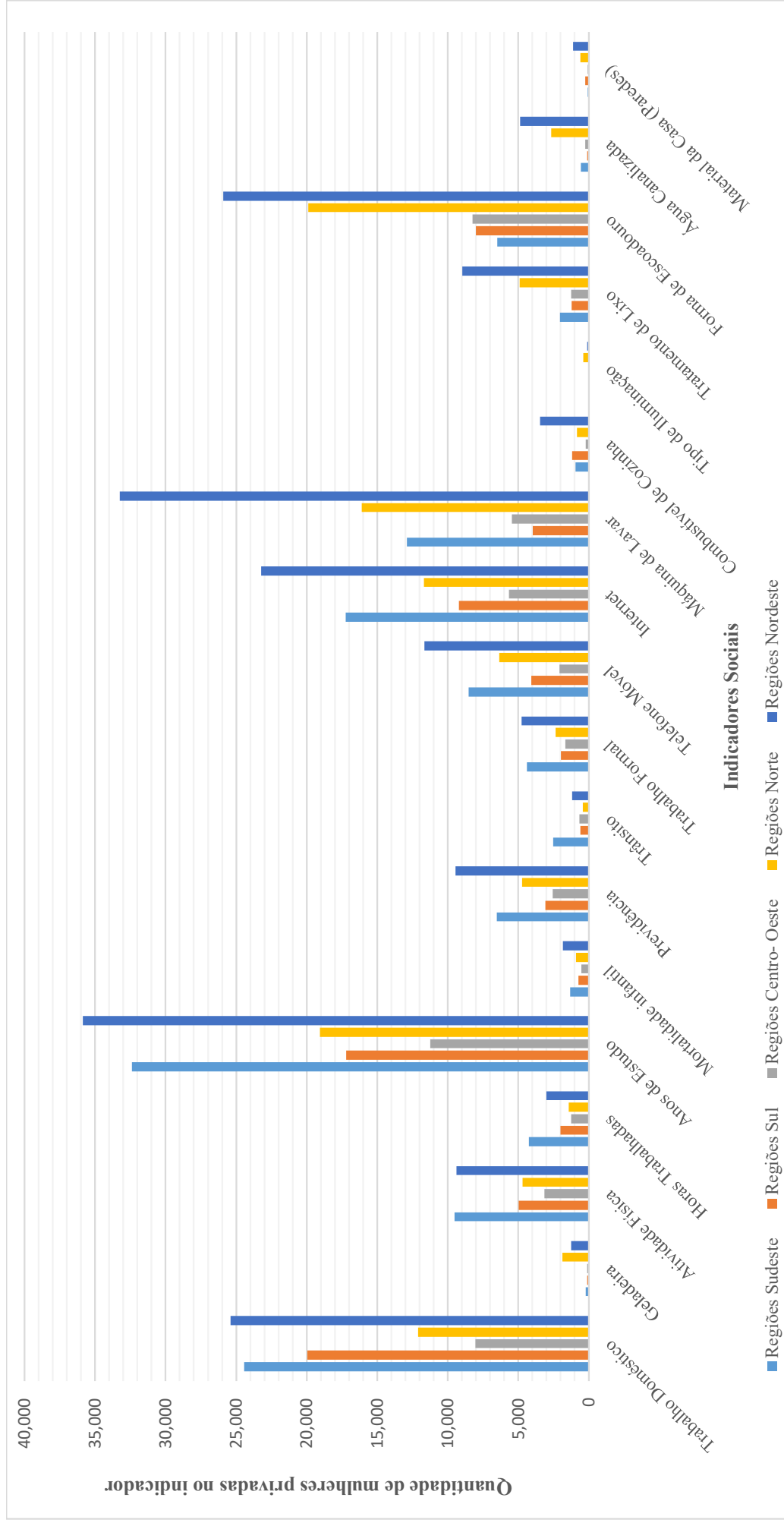
posse de *Máquina de Lavar* roupas (23,6%) e a prática de *Atividade Física* (17,4%). Na região Sudeste, são mais recorrentes as privações no *Tipo de Iluminação* (0,02%), *Material da Casa (Parede)* (0,18%), a posse de *Geladeira* (0,4%), acesso à *Água Canalizada* (1,0%) e tipo de *Combustível de Cozinha* (1,7%).

Por sua vez, a região Sul também apresenta os anos de estudo como indicador com mais privações (61,3%). Os indicadores que refletem o *Trabalho Doméstico* (46,2%), acesso à *Internet* (32,8%), *Forma de Escoadouro* (28,5%) e prática de *Atividade Física* (17,8%) compõem os indicadores em que as mulheres da região Sul mais sofrem privações. Assim como no Brasil, o acesso à iluminação é o indicador onde as mulheres da região sul sofrem menos privações, refletindo que apenas 0,014% são privadas neste indicador. Além deste indicador, na região Sul as mulheres apresentam privações baixas no que tange a posse de *Geladeira* (0,43%), o acesso à *Água Canalizada* (0,5%), o *Material da Casa (Parede)* (0,9%) e o tempo no *Trânsito* (2,2%).

Na região Centro-Oeste o indicador em que as mulheres apresentam mais privações também é o que reflete os *Anos de Estudo* (59,2%), seguido pela *Forma de Escoadouro* com 43,4%, o *Trabalho Doméstico* com 42,3%, o acesso à *Internet* com 29,7% e a posse de *Máquina de Lavar* roupas com 28,8% das mulheres analisadas como privadas. Já em relação aos indicadores que a mulheres desta região menos sofrem privações, temos: acesso à energia elétrica- *Tipo de Iluminação* (0,036%), *Material da Casa (Parede)* (0,46%), posse de *Geladeira* (0,55%), tipo de *Combustível de Cozinha* (1,15%) e acesso à *Água Canalizada* (1,35%).

Como se pode observar na figura 3, a região Norte é a única região onde os *Anos de Estudo* não aparecem como indicador que apresenta o maior número de privações. No entanto, o indicador *Forma de Escoadouro*, além de ser o indicador com a maior quantidade de privações nesta região, é o indicador que tem a maior porcentagem de privação nos indicadores de todas as regiões do país. Portanto, 69,77% das mulheres da região Norte não possuem escoadouro de qualidade. O indicador dos *Anos de Estudo* aparece como segundo indicador com mais número de privações, tendo 66,87% privadas. A posse de *Máquina de Lavar* roupas (56,40%), *Trabalho Doméstico* (42,40%) e acesso à *Internet* (41,03%) são os outros indicadores que as mulheres da região Norte apresentam maiores privações.

Figura 3 - Quantidade de mulheres privadas por indicadores e regiões brasileiras (2015).



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da PNAD (2015)

Quanto aos indicadores que as mulheres desta região sofrem menos privações, temos: o acesso à energia elétrica- *Tipo de Iluminação* com apenas 1,37%, *Trânsito* com 1,5%, *Material da Casa (Parede)* com 2,0%, tipo de *Combustível de Cozinha* com 2,95% e *Mortalidade Infantil* com 3,1% de privações. É interessante salientar que a região Norte é a única em que a posse de *Geladeira* não está entre os indicadores que mulheres estão mais privadas, apresentando 6,6% das mulheres estudadas como privadas neste indicador, um resultado expressivo. Observa-se também que 9,3% das mulheres analisadas ainda não têm acesso à *Água Canalizada* nesta região.

Sobretudo, a região Nordeste é a região que apresenta os piores resultados na maioria dos indicadores. O indicador que as mulheres nordestinas são mais privadas são os *Anos de Estudo* (67,22%). A posse de *Máquina de Lavar* é o segundo indicador que as mulheres nordestinas mais sofrem privações, refletindo 62,33% de mulheres privadas. O indicador *Forma de Escoadouro* aparece como o terceiro mais privado na região Nordeste, com 48,60% de privações. O tempo despendido com *Trabalho Doméstico* reflete também uma expressiva privação das mulheres nordestinas, tendo a maior privação do indicador no país (47,60%). E por fim, o acesso à *Internet* aparece com 43,53% de privações, sendo também a região com mais mulheres privadas no indicador.

Quanto aos indicadores que as mulheres nordestinas sofrem menos privações, temos o acesso à energia elétrica- *Tipo de Iluminação* com 0,25%, o *Material da Casa (Parede)* com 2,1%, o tempo no *Trânsito* com 2,2%, a posse de *Geladeira* com 2,3% e a *Mortalidade Infantil* com 3,5% de mulheres privadas. Vale observar que 9,1 % das mulheres ainda não tem acesso à *Água Canalizada* na região Nordeste.

Dito isto, pode-se ressaltar alguns pontos, a saber:

- ✓ O indicador que analisa a *Atividade Física* das mulheres no Brasil não apresentou privações tão expressivas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas revelou privações consideráveis na região Sul e Sudeste, ambas tendo mais de 17 % de mulheres privadas no indicador;
- ✓ A posse de *Geladeira* está entre os indicadores analisados que as mulheres sofrem menos privações, apenas 1,9 % no Brasil. Porém, ao observarmos as regiões percebemos que há uma concentração desta privação na região Norte, evidenciando que 6,6% das mulheres da região Norte não possuem geladeira;
- ✓ O acesso à *Água Canalizada* também apareceu como um dos indicadores de menores privações das mulheres brasileiras, com 4,6 % de mulheres privadas no Brasil. No entanto, ao analisarmos regionalmente, observa-se uma privação bem

expressiva nas regiões Norte (9,3%) e Nordeste (9,1%) se comparada às outras regiões (Sul: 0,5%; Sudeste: 1%; Centro-Oeste: 1,35%);

- ✓ *Anos de Estudo* foi o indicador de maior privação no Brasil, representando que 63% mulheres analisadas não completaram o ensino médio (11 anos de estudo). A privação neste indicador impacta fortemente todas as regiões, onde todas apresentam pelo menos 59 % das mulheres com privação na educação;
- ✓ O *Trabalho Doméstico* aparece como o segundo indicador com mais privações nas mulheres brasileiras. Em todas as regiões, pelo menos 42% das mulheres dedicam mais de 16 horas por semana aos afazeres domésticos. No Brasil, as mulheres dedicam-se mais de 95% horas a mais que os homens aos cuidados do lar. As mulheres dispendem, em média, 19,67 horas por semana aos afazeres domésticos, em contrapartida a apenas 9,99 horas dispendidas pelos homens a estas atividades;
- ✓ O indicador referente à posse de *Máquina de Lavar* no domicílio representou expressiva privação no Brasil, evidenciando que 39% das mulheres não possuem máquina de lavar em casa. E ao analisarmos as regiões percebe-se que as mulheres da região Nordeste e Norte são ainda mais privadas neste indicador, com 62,33% e 56,33% de mulheres sem máquina de lavar, respectivamente. Este utensílio se faz muito importante para as mulheres, pois é uma forma de minimizar o tempo dedicado ao trabalho doméstico.

Em vista do exposto, percebe-se que as privações não incidem homoganeamente sobre todas as mulheres e regiões. O Brasil é um país heterogêneo em todos os sentidos, logo as necessidades regionais também são, por exemplo, as mulheres das regiões Sul e Sudeste têm mais carência na realização de atividades físicas, enquanto as mulheres das regiões Norte e Nordeste têm mais carência no acesso à água canalizada e na posse da máquina de lavar. Porém, as mulheres de todo o país também apresentam necessidades que convergem, como o acesso à educação formal e ao reequilíbrio do trabalho doméstico. De forma geral, pode-se relacionar estes dois indicadores de maiores privações para as mulheres, pois estão interligados: ao dedicar mais horas aos afazeres domésticos e cuidados com filhos, parentes e maridos, as mulheres acabam por ter menos tempo para se qualificar e avançar nos estudos, e, conseqüentemente, inserir-se no mercado de trabalho.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a realizar uma análise multidimensional do fenômeno da pobreza feminina no Brasil para o ano de 2015. Após a aplicação da metodologia de Alkire-Foster, constatou-se que 13,63% das mulheres brasileiras analisadas são consideradas multidimensionalmente pobres. Por conseguinte, a região do país que apresentou a maior proporção de incidência da pobreza foi a região Nordeste, apresentando 22,37% das mulheres multidimensionalmente pobres e, em contraponto, a região Sudeste foi a região que apresentou a menor parcela de mulheres multidimensionalmente pobres (6,17%).

A partir do cálculo do hiato da pobreza média, evidenciou-se que as mulheres brasileiras que foram consideradas pobres multidimensionalmente são privadas, em média, em 38,96% dos indicadores analisados no estudo. Dado o objetivo da pesquisa - que era estimar o nível de pobreza multidimensional feminina no Brasil - explana-se que a proporção de privações que as mulheres pobres sofrem representa 5,3% da privação máxima que poderiam sofrer. Observou-se ainda que as regiões com maior e menor nível de pobreza são a região Nordeste, com uma proporção de 8,8%, e Sudeste, com 2,3%, respectivamente.

Dentre os indicadores que as mulheres são menos privadas no Brasil, figuram o acesso à energia elétrica - *Tipo de Iluminação*- e o *Material da Casa (Parede)*, com apenas 0,33% e 1,2% das mulheres privadas, respectivamente. Pode-se associar este resultado a dois programas sociais do governo federal que incidem diretamente nestes indicadores: O *Programa Luz Para Todos* e o *Programa Minha Casa Minha Vida*. Em contrapartida, os indicadores que as mulheres apresentaram a maior quantidade de privações no Brasil foram: *Anos de Estudo* (63%), *Trabalho Doméstico* (45%), *Máquina de Lavar* roupas (39%), *Forma de Escoadouro* (37,3%) e *Internet* (36,5%). A análise dos indicadores é muito importante para o direcionamento de políticas públicas, tanto universais quanto focalizadas.

Ao observar os indicadores nos quais as mulheres brasileiras mais sofrem privações, valem algumas reflexões. O trabalho doméstico excessivo exercido pelas mulheres é consequência da sociedade patriarcal e do padrão de divisão sexual do trabalho. Eventualmente, o tempo que as mulheres passam dedicando-se aos afazeres domésticos e/ou ao cuidado dos filhos afeta na disponibilidade delas para avançarem nos estudos, se qualificarem, logo, impacta negativamente no acesso delas às oportunidades sociais e econômicas. Neste sentido, argui-se que a existência de uma máquina de lavar nos domicílios das mulheres é muito importante, pois diminui a sobrecarga de afazeres domésticos sobre elas.

Outrossim, a expressiva privação no acesso à internet pelas mulheres é um indicador problemático, visto que no mundo globalizado em que vivemos a internet é uma das maiores ferramentas de acesso à informação e qualificação. Logo, percebe-se que o conjunto de privações que as mulheres são mais fortemente afetadas no Brasil estão intensamente ligadas ao mundo feminino e acabam criando amarras para o avanço, ainda mais expressivo, das mulheres na esfera educacional.

Uma das limitações deste estudo está no acesso aos indicadores que expressem a situação da saúde pública relacionada às mulheres, faltam informações que abarcam este aspecto na base de dados utilizada nesta pesquisa. Por fim, este estudo aponta para a necessidade de políticas sociais direcionadas, que incidam nos indicadores em que as mulheres sofrem mais privações no Brasil, de modo a reduzir a situação de pobreza feminina brasileira. Algumas políticas públicas tem o poder de melhorar a qualidade de vida da mulher, a citar, o investimento em infraestrutura urbana (com o incentivo à inclusão digital e a melhoria do saneamento básico), o investimento em educação (expansão de creches e a promoção de modalidades de ensino noturno para jovens mães, por exemplo), entre outros. Portanto, o Estado deve atuar como minimizador das desigualdades e vulnerabilidades sofridas pelas mulheres no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of public economics**, v. 95, n. 7-8, p. 476-487, 2011.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 576-590, jul./set. 2010.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Programa Luz para Todos**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.mme.gov.br/luzparatodos/asp/>. Acesso em: 20 dez. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRITES, Maríndia *et al.* Pobreza feminina nas grandes regiões brasileiras (2012): uma aplicação do método Alkire Foster (AF). **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, v. 17, n. 1, 2017.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe**, 2018. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/paises/7/profile>. Acesso em: 01 mai. 2020.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. **Mujer y Desarrollo: Understanding poverty from a gender perspective**. Santiago, Chile: CEPAL- Women and Development Unit, Jun. 2004. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5926/1/S046466_en.pdf. Acesso em: 03 abr. 2020.

CHANT, Sylvia. Re-thinking the “feminization of poverty” in relation to aggregate gender indices. **Journal of human development**, v. 7, n. 2, p. 201-220, Jul. 2006.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, jul. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.

CODES, Ana Luiza Machado De. A Trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. **Textos para discussão nº 1332**. Brasília: IPEA, 2008.

FERREIRA, Taís Regina da Silva; MARIN, Solange Regina. Pobreza multidimensional feminina: Uma aplicação do método alkiere foster (af) nas grandes regiões brasileiras nos anos de 2001 e 2011. Pesquisa & Debate. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 27, n. 1 (49), 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 de jun. 2019.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. Significados da pobreza na sociedade contemporânea. Série desenvolvimento rural sustentável. **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**, v. 16, p. 205-239, mai. 2012.

NARAYA, Deepa *et al.* **Voices of the poor: Can anyone hear us?** Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. **Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)**. Minas Gerais, p. 1-12, 2016.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. Gênero, raça, pobreza e emprego: o Programa GRPE no Brasil. **Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE)**. OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, Brasil, 2006. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_226572.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

RAIHER, Augusta Pelinski. Condição de pobreza e a vulnerabilidade da mulher brasileira. **Informe Gepec**, v. 20, n. 1, p. 116-128, 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. 5. ed. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Desigualdade reexaminada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVEIRA, Elana Cavalcante; SILVA, Suzana de Fátima Marques. Chefia feminina: uma análise sobre a estrutura das famílias monoparentais femininas e a feminização da pobreza. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, **Trabalho e Questão Social**, p. 122-137, 2013.

SOUZA, Luana Passos de. Políticas sociais: A análise da eficácia do programa Bolsa Família para a redução dos índices de pobreza no período governo Lula. 2013. 72 f. **Monografia** (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

SERRA, Adriana Stankiewicz; YALONETZKY, Gaston Isaias; BELIK, Walter. Pobreza multidimensional no Brasil, 2000/2010. 45º Encontro Nacional de Economia- **ANPEC**, dez. 2017.

TOLEDO, Vicente Alves; RODRIGUES, Cristiana Tristão. Pobreza Multidimensional no Brasil em 2014. **Revista Economia Ensaios**, v. 34, n. 2, 2020.

4 DISCUSSÃO

A presente dissertação está organizada em formato de coletânea de artigos, de forma que foram analisadas as determinações salariais femininas no Brasil, bem como a natureza das privações vivenciadas pelas mulheres brasileiras, em uma perspectiva multidimensional. Ambas as avaliações foram desenvolvidas utilizando-se os microdados da PNAD do ano de 2015. Mesmo com instrumentais e enfoques diferentes, percebe-se que as determinações salariais e a situação de pobreza se interligam.

Em suma, considera-se que o trabalho é um dos principais meios para que um indivíduo consiga sustentar financeiramente sua família. Contudo, as mulheres encontram mais dificuldade de se inserem no mercado de trabalho e quando se inserem, ocupam postos de trabalhos precários, sendo então pior remuneradas. Ao auferirem menores recursos financeiros, as mulheres são submetidas a privações de inúmeras ordens (ANDRADE; MACHADO, 2018).

O acesso à educação formal e o impacto do trabalho doméstico na vida das mulheres também se mostraram como fatores preocupantes, tanto na análise da determinação dos rendimentos femininos quanto na análise multidimensional da pobreza. Este estudo revelou que cada ano a mais de estudo das mulheres reflete em um possível aumento de 7,8% em sua renda. Porém, na análise de privação, o indicador anos de estudo se mostrou como o indicador no qual as mulheres brasileiras sofrem a maior deficiência, evidenciando que 63% das mulheres não completaram 11 anos de estudo (ensino médio).

Nota-se que, apesar de as mulheres apresentarem, em média, mais anos de estudos que os homens, ainda assim esses avanços não são completamente revertidos nas remunerações no mercado de trabalho. Tal resultado não desmerece o fato de que a educação é uma das ferramentas mais importantes para a mulher se inserir no mercado de trabalho com qualidade de envolvimento.

Sobretudo, a inserção das mulheres no mercado de trabalho reforçou os desequilíbrios da divisão sexual do trabalho, pois mesmo quando as mulheres são provedoras financeiras juntamente com os seus maridos, ainda são elas as principais responsáveis pelos afazeres domésticos. Ao analisarmos as horas dispendidas aos afazeres domésticos pelas mulheres brasileiras, diagnosticou-se que 45% delas dedicam-se mais de 16 horas por semana aos cuidados do lar, parentes e filhos. Paralelamente a isto, nas determinações salariais, uma hora a mais de trabalho doméstico reflete em redução de 0,84% no salário feminino, sendo que as mulheres se dedicam, em média, 19,67 horas por semana a estas atividades. Desta forma, conclui-se que a maternidade e o matrimônio também impactam negativamente na formação

dos salários das mulheres no Brasil. Ao realizarem as funções sociais esperadas por uma sociedade com fortes amarras patriarcais, as mulheres acabam por serem penalizadas no tocante aos salários e outras dimensões de suas vidas (acesso ao lazer, representação social e política, entre outros).

Outrossim, a evolução das mulheres no âmbito profissional e educacional não é acompanhada de uma revisão dos papéis das mulheres no campo doméstico, como cuidadora do lar e dos filhos, acarretando em uma sobrecarga de tarefas sobre elas. Em muitos casos, as mulheres acabam por ter que se submeter a empregos em tempo parcial para poderem se dedicar às tarefas domésticas. Tal situação pode estar associada à escassez de creches públicas para que as mulheres possam conciliar trabalho e família. O observatório da Criança e do Adolescente aponta que a taxa líquida¹⁰ de cobertura em creches no Brasil era de apenas 28,6% no Brasil em 2019, sendo esta taxa mais agravada na região Norte, com apenas 10,9% das crianças entre zero e três anos matriculadas em creches. A expansão de creches é muito importante tanto para o melhor desenvolvimento das crianças, como também atua como aliado ao avanço das mães na esfera profissional e educacional. Neste sentido, Lavinias e Nicoll (2010) apontam:

[...] no Brasil, as mulheres, sobretudo as mais pobres, carecem não apenas de renda monetária, mas de meios in natura/serviços para ampliar sua autonomia no âmbito das relações sociais de gênero e expandir suas posições no mercado de trabalho, superando iniquidades de toda sorte. Provisão de creches, escolas tempo integral, acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, centros de convivência intergeracionais são alguns dos bens públicos capazes de favorecer a inserção produtiva feminina e, consequentemente, a redução da pobreza familiar (LAVINAS; NICOLL, 2010, p.41).

Segundo a OIT (2010), para o combate efetivo da desigualdade e pobreza é necessário que o poder público viabilize, através de políticas públicas de acesso à infraestrutura, serviços que supram as necessidades básicas da população, desde à alimentação e vestuário até educação, saúde, saneamento, entre outros. Alguns programas, mesmo sem ter sido destinados especificamente para as mulheres, contribuíram para a redução de algumas vulnerabilidades que elas sofrem, como o acesso à energia elétrica, água canalizada, construção de habitações, entre outros.

Cabem ressaltar os programas federais *Luz Para todos e Minha Casa Minha Vida*, que impactaram positivamente na vida mulheres. Como evidenciado neste estudo, o acesso à energia elétrica e material de construção de qualidade dos domicílios mostraram-se como os

¹⁰A taxa líquida de cobertura em creches é calculada pela razão entre o número de matrículas de crianças entre zero e três anos de idade em creche e a população correspondente à faixa etária entre zero e três anos de idade (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2020).

indicadores que as mulheres menos sofrem privações no Brasil. Serra, Yalonetzky e Belik (2017) também atribuíram o resultado positivo do acesso à energia elétrica em seu estudo, que comparou os anos de 2000 e 2010, ao programa *Luz Para Todos* que foi implantado em 2003, refletindo em uma redução de privações no acesso à energia elétrica de 17%, em 2000, para apenas 4 %, em 2010, na população brasileira. Em contrapartida, os resultados do presente estudo demonstraram uma deficiência em escoadouro de qualidade para mais de 37% das mulheres analisadas, cristalizando-se como um indicativo da necessidade de políticas e programas sociais, espelhando-se nos que tiveram êxito em outras esferas, que incidam na melhoria do saneamento básico da população e, conseqüentemente, das mulheres.

Alguns tipos de políticas de gênero, como aponta a OIT (2010), podem ser reforçadas para a erradicação da pobreza além do incentivo de atividades econômicas, como políticas de harmonização da esfera produtiva e reprodutiva, políticas que impulsionem o empoderamento das mulheres e a participação mais efetiva delas na política e no âmbito social. As políticas de harmonização admitem que trabalho e família estão fortemente ligados na rotina feminina, logo elas atuam para que as mulheres - além de terem empregos com proteção social - possam ter instituições públicas que auxiliem no cuidado dos filhos.

Da mesma forma, considerando que as mulheres encontram dificuldade para se inserem no mercado com qualidade e direitos garantidos, de maneira a ocupar postos de trabalhos precários e sem carteira assinada, logo, faz-se necessário políticas que reforcem o papel produtivo da mulher, ao ponto de que as mulheres sejam inseridas com qualidade no mercado de trabalho, com boas remunerações, direitos garantidos e não sofram discriminações. Paralelamente, o poder público precisa atuar com mecanismos e instituições que auxiliem e facilitem a rotina das mulheres trabalhadoras, como a expansão de creches e educação de período noturno.

As políticas voltadas ao empoderamento de mulheres e à participação social e política incidem no estímulo à autoestima, à participação ativa nas comunidades, ao desenvolvimento de habilidades sociais e políticas, como a organização em grupos para melhorias em suas comunidades. O estímulo ao empoderamento de mulheres aproxima-se ao fortalecimento da condição de agente dos indivíduos defendido por Amartya Sen, em que as pessoas devem ter participação ativa no processo para alcançar seus recursos, não somente usufruir dos produtos finais do processo. Logo, este tipo de política tem uma simbologia ainda mais forte para as mulheres, pois ainda são tidas por muitos como “sexo frágil”, então “dar poder” a elas é representativo.

Argumenta-se que o Estado precisa desenvolver mecanismos de participação das mulheres para que elas consigam recursos e, conseqüentemente, melhorem seu bem-estar. Ações com foco nas capacitações das mulheres poderiam permitir com que estas desenvolvam estratégias próprias para reprodução social. O poder público brasileiro pode se espelhar em políticas públicas de igualdade de gênero que tem obtido êxitos, adotadas em outros países da América do Sul que incidem na autonomia feminina nas tomadas de decisões. Na Bolívia, tem-se a implantação do Estado Plurinacional, cujo objetivo a paridade e alternância de gênero nos órgãos de eleição do Estado, bem como nos órgãos intermediários; e na Costa Rica, tem-se a Política de Paridade e Alternância na lei eleitoral. Ambas políticas tiveram uma longa caminhada até serem efetivamente implantadas, incidindo na minimização das dificuldades que as mulheres enfrentam para ingressarem politicamente, de modo que a partir destas medidas os países tem avançado no sentido de uma paridade e igualdade na representação política destas nações (BENAVENTE; VALDÉS, 2014).

No que se refere às classes sociais mais baixas, o empoderamento refere-se à expansão de liberdades. É necessário que as mulheres tomem consciência das injustiças sociais que enfrentam e se unam para resistir e lutar contra elas, de modo a elevar sua autoestima, autoconfiança e participação nas tomadas de decisões que dizem respeito às suas vidas. Toda ação coletiva em que os cidadãos se unam para enfrentar crises e elaborar estratégias de enfrentamento é válida para o desenvolvimento.

O Brasil enfrenta também obstáculos institucionais e políticos para os avanços nas questões de gênero, pois temos pouca representatividade feminina no âmbito político, poucos cargos políticos ocupados por mulheres. O fortalecimento da participação política das mulheres desde as comunidades é fundamental para a reversão desse quadro.

Além disso, este estudo revelou que alguns grupos de mulheres sofrem ainda mais no mercado de trabalho. Infelizmente, as mulheres não-brancas e as mulheres que residem na zona rural recebem salários expressivamente menores que as mulheres brancas e que residem na zona urbana. A questão racial ainda é muito forte em nossa sociedade e isto se manifesta através do mercado de trabalho. Sendo assim, as mulheres negras são duplamente marginalizadas, pois imbricam questões de gênero e raça, notoriamente é um grupo social que requer atenção especial do poder público em políticas de minimização das vulnerabilidades. Por conseguinte, as mulheres rurais também necessitam de políticas focalizadas para a melhoria da sua situação no mercado de trabalho, talvez, o incentivo a agricultura familiar, economia solidaria, entre outros.

Por fim, o estudo sobre a pobreza feminina, nas dimensões e indicadores analisados, evidenciou que as regiões Norte e Nordeste são as que as mulheres mais sofrem com a pobreza. Por outro lado, a região Sudeste é a em que as mulheres são menos afetadas por privações. Nesse sentido, observamos que a pobreza impacta diferentemente as regiões e os indicadores por regiões, evidenciando que o Brasil além de heterogêneo culturalmente também apresenta incidências de pobreza e carências diferentes em suas regiões, necessitando de políticas de desenvolvimento regional focalizadas nas deficiências regionais específicas.

Em particular, além das carências que as mulheres brasileiras sofrem de modo geral, como falta de saneamento básico, muitas horas de trabalho doméstico e dificuldades no avanço educacional, as regiões apresentam peculiaridades em suas privações. As regiões Norte e Nordeste carecem de recursos que permitam o acesso à máquina de lavar e à água canalizada, como o investimento em construção de lavanderias comunitárias e/ou redução dos impostos neste bem de consumo. Já as regiões Sul e Sudeste necessitam de estímulos à atividade física, lazer, com investimento em infraestrutura para a promoção de espaços esportivos coletivos e disponibilização de profissionais capacitados para o acompanhamento de atividades físicas nas comunidades.

O relatório da OXFAM de 2017, intitulado “*A Distância que nos une: Um Retrato das Desigualdades Brasileiras*”, sugere uma agenda para o combate das desigualdades gerais no Brasil, dentre elas: revisão no sistema tributário; gastos públicos em educação, saúde, assistência social, saneamento habitação e transporte; e a oferta de creches tanto para um efeito educacional quanto para uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Todas estas iniciativas, mesmo que tendo um enfoque universal, incidem diretamente na melhoria do quadro de vulnerabilidades sofridas pelas mulheres brasileiras. Apesar dos avanços na igualdade de gênero no Brasil, as mulheres ainda enfrentam desafios, principalmente no que tange o mercado de trabalho (com salários expressivamente menores que o dos homens), representação política (poucas mulheres ocupando cargos políticos) e violência¹¹ (física, psicológica e sexual).

¹¹ Apesar da temática deste estudo não ter incidido diretamente neste aspecto da vida das mulheres, a violência contra as mulheres é uma realidade no Brasil, infelizmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi compreender de que forma as condições às quais as mulheres estão submetidas no Brasil refletem nas suas determinações salariais e, em uma perspectiva multidimensional, impactam na situação de pobreza feminina brasileira. Para atender aos propósitos da pesquisa, foram realizados dois artigos científicos com metodologias e abordagens distintas. No artigo de instrumental econométrico, evidenciou-se que as variáveis que mais influenciam nas determinações salariais femininas no Brasil foram: *Cor, Contribuição à Previdência, Área da Moradia, Trabalho Formal, Existência de Filho e Estado Civil*.

A manipulação dos microdados da PNAD (2015) permitiu identificar que a desigualdade racial ainda está muito presente no Brasil e que as mulheres negras são as mais marginalizadas. Dentre algumas das condições socioeconômicas que impactam negativamente na formação dos rendimentos das mulheres no Brasil, estão: a cor da pele (ser uma mulher não-branca), residir na zona rural, não possuir carteira de trabalho assinada, ter filhos, não ser solteira, entre outras. Neste sentido, para uma melhor qualidade da inserção feminina no mercado de trabalho, pode-se identificar a necessidade de assegurar às mulheres postos de trabalhos formais com segurança social, bem como a expansão da quantidade de creches. Além disso, os resultados reforçam a forte presença do racismo institucional e estrutural da sociedade brasileira, sendo a cor da pele o indicador que mais impactou na determinação salarial feminina. Em vista disto, é notória a marginalização das mulheres negras no mercado de trabalho, pois elas são duplamente discriminadas, pelo gênero e pela cor da pele.

O artigo científico que analisou a pobreza multidimensional brasileira no Brasil apontou que 13,63% das mulheres no Brasil vivem em condição de pobreza em múltiplas dimensões. Este cenário é agravado na região Nordeste, apresentando 22,37% das mulheres analisadas como multidimensionalmente pobres. O cálculo do nível de pobreza multidimensional das mulheres brasileiras apontou que a proporção de privações que as mulheres pobres sofrem representa 5,3% da privação máxima que poderiam sofrer. O Nordeste segue sendo a região com piores resultados, apresentando 8,8% de nível de pobreza.

A análise multidimensional permitiu diagnosticar quais os indicadores que as mulheres sofrem mais ou menos privações. Os resultados mostraram que os indicadores que as mulheres menos sofrem privação no Brasil são: o acesso à iluminação e o material da construção das paredes de suas residências. O comportamento destes indicadores pode ser reflexo de programas sociais bem-sucedidos, como o “Luz para Todos” e o “Minha Casa Minha Vida” do governo federal.

Anos de estudo (63%), horas de trabalho doméstico (45%), a posse de máquina de lavar roupas (39%), o acesso a escoadouro de qualidade (37,3%) e o acesso à internet (36,5%) foram os indicadores em que as mulheres brasileiras mais sofreram privação neste estudo. Estes resultados revelaram a necessidade da atuação do poder público com o investimento em políticas sociais e infraestrutura que incidam nessas carências, como o melhoramento no saneamento básico, aumento no número de creches, mecanismos de inclusão digital e avanço do ensino educacional público no período da noite para que as mulheres possam continuar os estudos mesmo tendo filhos ou trabalho no horário comercial.

Diante do exposto, foi constatado que as mulheres sofrem impactos negativos em diversos aspectos socioeconômicos, seja feita uma análise voltada aos rendimentos ou alienando os termos monetários. Logo, são necessárias políticas sociais voltadas a atender as vulnerabilidades que as mulheres enfrentam tanto ao serem absolvida no mercado de trabalho quanto às condições de educação, trabalho, saúde, lazer e moradia que estão expostas.

Para a realização desta análise, o principal desafio enfrentado está na disponibilidade de dados mais atualizados com todas as informações necessárias para o estudo, principalmente no que tange ao acesso dos indicadores que incidam na saúde pública voltada às mulheres. Além do mais, o estudo não dissipa toda a dimensão dos fenômenos analisados - tanto das determinações salariais quanto da pobreza feminina no Brasil – por isto, cabem mais detalhamentos, como análises por estados e municípios. Todavia, considera-se que os resultados encontrados oferecem subsídios tanto para estudos futuros sobre a temática, quanto para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas e/ou universais.

O caminho para a equidade de gênero no mercado de trabalho e para a redução significativa das mulheres em situação de pobreza no Brasil ainda é longo, mas com a identificação das deficiências através de pesquisas, políticas focalizadas e muita luta, isto será possível. As desigualdades e a pobreza enfrentadas pelas mulheres no Brasil, como evidenciado nesta dissertação, vão além de questões relacionadas à renda. Logo, o combate e minimização das vulnerabilidades sofridas pelas mulheres só será possível com a efetivação de um conjunto de políticas públicas econômicas, sociais e políticas, em todos os âmbitos que as mulheres estão inseridas.

REFERÊNCIAS

- ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of public economics**, v. 95, n. 7-8, p. 476-487, 2011
- ANDRADE, Denise Almeida de; MACHADO, Mônica Sapucaia. Pobreza e a (des) igualdade de gênero: uma relação estruturante. **NOMOS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, Fortaleza, v.38, n.2, jul. /dez.2018, p. 307-321. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43944>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- BENAVENTE, María Cristina; VALDÉS, Alejandra. Políticas públicas para la igualdad de género: un aporte a la autonomía de las mujeres. **Libros de la CEPAL**, n 130, Santiago de Chile, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), 2014. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37226/1/S1420372_es.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Programa Luz para Todos**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.mme.gov.br/luzparatodos/asp/>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- BRITES, Maríndia et al. Pobreza feminina nas grandes regiões brasileiras (2012): uma aplicação do método Alkire Foster (AF). **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, v. 17, n. 1, 2017.
- BOHN, Liana et al. **Inserção feminina na teoria e na prática: ensaios sob o olhar da economia feminista**. 2017.
- CARRASCO, Cristina. Mujeres, sostenibilidad y deuda social. **Revista de Educación**, n. Extraordinário, p. 169-191, 2009.
- CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe**, 2018. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/paises/7/profile>. Acesso em: 01 mai. 2020.
- DELPHY, Christine. Teorias do patriarcado. In: HIRATA, H. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, p. 173-178, 2009.
- FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 3, p. 559-583, 2018.
- FERREIRA, Taís Regina da Silva; MARIN, Solange Regina. Pobreza multidimensional feminina: Uma aplicação do método alkire foster (af) nas grandes regiões brasileiras nos anos de 2001 e 2011. Pesquisa & Debate. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 27, n. 1 (49), 2016.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Observatório da Criança e do Adolescente**, 2020. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/educacao-infantil/1222-taxa-liquidade-matricula-em-creches?filters=1,2018>. Acesso em 10 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 de jun. 2019.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas. **Parcerias estratégicas**, v. 11, n. 22, p. 39-76, 2010.

LEONE, Eugenia Trancoso. Os impactos do crescimento econômico com inclusão social na participação das mulheres no mercado de trabalho. **Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade**. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesis, 2017.

NELSON, J.A. Feminism and Economics. **Journal of Economic Perspectives**, v. 9, n. 2, p. 131-148, 1995.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. **Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)**. Minas Gerais, p. 1-12, 2016.

NUSSBAUM, Martha Craven. **Frontiers of justice: Disability, nationality, species membership**. Harvard University Press, 2009.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília: Secretaria Internacional do Trabalho, OIT, 2010.

OXFAM. **A Distância que nos une: Um retrato das desigualdades brasileiras**. Brief Comunicação: São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

_____. **País Estagnado: Um Retrato das Desigualdades Brasileiras**. Brief Comunicação: São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf. Acesso em: 01 jan. 2020.

PATEMAN, Carole; HIRSCHMANN, Nancy J. ; POWELL JR, G. Bingham. Obrigação política, liberdade e feminismo. **The American Political Science Review** , p. 179-188, 1992.

QUINTELA, Sandra. Economia feminista e economia solidária: sinais de outra economia. Rio de Janeiro, PACS. **Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul**, Rio de Janeiro, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. 5. ed. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Desigualdade reexaminada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SERRA, Adriana Stankiewicz; YALONETZKY, Gaston Isaias; BELIK, Walter. Pobreza multidimensional no Brasil, 2000/2010. 45º Encontro Nacional de Economia- **ANPEC**, dez. 2017.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.

TOLEDO, Vicente Alves; RODRIGUES, Cristiana Tristão. Pobreza Multidimensional no Brasil em 2014. **Revista Economia Ensaios**, v. 34, n. 2, 2020.

WOOLDRIDGE, Jeffrey Marc. **Introdução à Econometria**. São Paulo. Cengage Learning. 4ª edição, 2010.